



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE ARMAS

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1027/06	DATA: 02/08/06
INÍCIO: 14h37min	TÉRMINO: 19h36min	DURAÇÃO: 04h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h49min	PÁGINAS: 121	QUARTOS: 46

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

VALÉRIA DAMMOUS - Advogada.
LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Advogada.

SUMÁRIO: Aprovação de requerimentos. Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião foi suspensa e reiniciada três vezes.
A reunião foi transformada em reservada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Havendo número regimental, declaro aberta a 80ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 79ª reunião. Indago se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Peço dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá, que pediu dispensa da leitura.

Coloco a ata em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Temos requerimentos de minha autoria. Passo a presidência ao Deputado Neucimar Fraga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Item 1 da pauta. Requerimento nº 253/06, do Deputado Moroni Torgan, que solicita a prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de armas por mais 60 dias.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a razão é que, apesar de ser um período eleitoral, a CPI continua analisando quebras de sigilo. Foram feitas 46 quebras de sigilo pela CPI. Queremos ter alguma luz e talvez, a partir de hoje, ainda tenhamos mais quebras de sigilo sendo feitas, de acordo com o depoimento. A partir daí, nós queremos uma luz para cercar o arcabouço contábil-financeiro da organização criminosa, e para isso precisamos de mais tempo. Não poderíamos terminar a CPI sem ter o tempo disponível para recebermos as informações das quebras de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão a matéria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria apoiar o pedido feito por V.Exa., por entendermos extremamente importante que nós possamos



completar esse trabalho que a nossa CPI teve oportunidade de enfrentar, bem como confrontar essas organizações criminosas.

No mesmo momento em que eu apóio o requerimento de V.Exa., eu deixo registrado, Sr. Presidente Deputado Moroni Torgan, que o Ato da Mesa nº 82, de 12 de julho de 2006, que vedou a realização de oitiva de presos nas dependências da Câmara, contém um parágrafo único absurdo, estabelecendo que, nos casos em que se fizer necessária a oitiva de preso, será autorizado o deslocamento de Parlamentares para colher o depoimento no local designado pela autoridade responsável da custódia do preso.

Sr. Presidente, é um absurdo que a Mesa da Câmara subordine Parlamentares à vontade de terceiros para que possamos nos deslocar. É lógico que, neste momento, não é a hora de confrontar a Mesa da Câmara, mas deixo registrado que a Mesa da Câmara, com o Ato nº 82, subordina Parlamentares a quaisquer outras autoridades para oitiva fora da Câmara. É lamentável, Sr. Presidente. Esse era o registro que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Mesa recebe o manifesto do Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Vamos continuar a discussão do item 1 da pauta.

Encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovado.

Item 2 da pauta.

Requerimento nº 254/06, do Deputado Moroni Torgan, que solicita sejam convidadas as autoridades federais e estaduais das Forças Policiais, do Poder Judiciário e do Ministério Público que investigam as ações do Primeiro Comando da Capital.

Com a palavra o autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO MORONI TORGAN - Sr. Presidente, uma das preocupações que nós tivemos ontem: a repressão ao crime organizado do PCC



infelizmente está sendo feita de forma pontual. E, sendo feita de forma pontual, nós não teremos meios de nos interpor à ação do PCC.

Hoje nós temos já a noção de que o PCC tem agido em 9 Estados, nós já temos a confirmação da ação do PCC. Temos a confirmação e também sabemos, inclusive por declarações de membros do próprio PCC, que ele poderia estar infiltrado em 23 Estados. Então, a ação contra ele tem que ser uma ação homogênea, tem que ser uma ação que se espalhe pelo País todo ao mesmo tempo, para acabar não só com a organização administrativa deles, com a organização logística deles, mas também com a organização financeira que eles têm.

Então, por essa razão, a CPI se vê na obrigação de fazer uma reunião em todos os Estados onde haja ação do PCC, de modo que possamos sufocar essa organização criminosa e debelá-la não só num Estado ou numa parte de um Estado, mas no País todo. Essa é a razão desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queria discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Devolvo a presidência dos trabalhos ao Deputado Moroni Torgan, o Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agradeço ao Vice-Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por quanto tempo foi prorrogado o prazo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sessenta dias.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A partir de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Três de setembro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então seria até...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Novembro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Três de novembro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Três de novembro, o que é um tempo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Razoável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...razoável. Acho que aí dá para encerrar tudo o que aconteceu.

A depoente que foi convocada para estar aqui é a D. Valéria Dammous, é isso? Valéria Dammous. D. Valéria, a senhora foi indiciada por estar passando informações do PCC para outros lugares e estar, dessa forma, extrapolando suas funções. A notícia que eu tenho é que há na senhora arrependimento. Senhora ou senhorita? Desculpe.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Senhorita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Senhorita. Então, há na senhorita arrependimento. Inclusive, a notícia que me vem do Ministério Público é que, na verdade, a senhorita teria vontade de colaborar com as autoridades, para que possamos agir. A senhorita já sabe, o PCC é a maior organização do País no que tange a tráfico de armas, é a que mais tem trazido, pelo menos na nossa avaliação. Essa é a razão por que a CPI se debruça sobre o PCC.

A senhorita tem o tempo que desejar para expressar a sua vontade, expressar o que aconteceu e contar a sua versão para a CPI.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Está bem. Eu trabalhava na área de execução penal, porque na região onde eu moro o que mais existem são penitenciárias. No atendimento com os meus clientes, nunca foi necessário eu perguntar se eles faziam ou não parte de alguma facção. Com certeza, dentre eles devem existir pessoas da facção, mas eu não sei precisar quais seriam ou não. Eu era chamada, muitas vezes, para ajudar a negociar rebeliões. Negociar em que sentido? Para entrega de reféns e para que não houvesse a invasão da tropa de choque, que não houvesse danos a nenhuma das partes e que os rebelados e os agentes saíssem sem nenhum maior problema. Por conta disso, eu fazia atendimento, na maior parte dos dias, somente em penitenciária. Então, eu creio que houve um erro ao falar que eu trabalho para uma facção. Eu não trabalho para facção, todos os meus processos estão disponíveis, podem ser retirados do meu escritório, como já foram, o meu computador. Se houve alguma vez que passaram



algum recado para mim, foram passados sim, foram recebidos, conforme foi encontrado no meu escritório, mas nunca foram repassados para a frente. O que eu posso dizer sobre a minha atuação nessa área é isso. Os grampos do meu telefone estão disponíveis, de todos os meus celulares, entendeu, todos vão poder ver que eu falava para todos os meus clientes em todas as penitenciárias, que a maneira de se resolver as coisas não seria de forma de rebelião, que me comunicassem e me chamassem que eu levaria todos os problemas às autoridades competentes para resolver. Nunca fiz parte de nenhuma facção nem trabalho para facção. Não recebo salário. Eu trabalho na área de execução penal, e tendo sentenciados. Se dentre eles existe algum, infelizmente eu não vou poder precisar. Infelizmente, é isso que eu tenho para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Encerrou?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vou passar para o Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora é formada há quanto tempo, doutora?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sou formada há 5 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual a faculdade?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Toledo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Toledo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso. De Presidente Prudente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Presidente Prudente? E, desde o início da sua atividade, a senhora sempre trabalhou prioritariamente nesta área de acompanhamento das execuções penais?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, nunca trabalhei prioritariamente nessa área de execução penal. Nessa área, eu tenho atuado há mais ou menos 1 ano, 1 ano e pouco, e continuava atuando em todas as outras áreas. Presidente Prudente é uma cidade do interior. Eu trabalho na área cível, tributária, área de família, execução penal. Quem me procurava querendo os meus serviços eu, vendo que estava ao meu alcance, pegava. Não trabalho exclusivamente na área criminal e nem de execução penal.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está certo.



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Inclusive, faço parte do convênio da Procuradoria do Estado junto com a OAB. Eu simplesmente trabalho como advogada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Quem são os seus clientes assim nessa... A senhora diz que a senhora tem, de um tempo para cá, trabalhado no acompanhamento do cumprimento das sentenças. Quem são os seus clientes?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Normalmente, são pessoas que ou estão respondendo a algumas sindicâncias administrativas no sistema penitenciário, ou, o que é sempre mais provável, pessoas que já possuem um lapso temporal para a concessão de benefício. E mais recentemente algumas pessoas me procuraram para ver se conseguem a progressão com relação ao crime hediondo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem consciência de que está sendo acusada de ter participado diretamente desse processo de rebeliões que ocorreram, a chamada segunda leva de rebeliões, nos presídios do Estado de São Paulo? A senhora acha que isso se deve a quê?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Com certeza, isso, com relação a todos os grampos, aos atendimentos e às pessoas com quem eu entrei em contato, após tudo isso, vai ser esclarecido. Eu devo estar sendo acusada de ter participação nessa segunda leva de rebelião justamente pelo fato de auxiliar nas rebeliões a negociar e participar também das sindicâncias administrativas que são feitas após uma rebelião para apurar quem são os efetivos culpados. Era nessa área que eu trabalhava. E, inclusive, quando teve a segunda leva de rebelião, quando começou, eu já estava há 3 dias dentro... Começou tudo no dia 11. Eu já estava desde o dia 8 dentro da penitenciária de Valparaíso, participando juntamente com diretores, agentes e tudo, que era uma situação onde possuíam muitos reféns. Eu estava trabalhando lá dentro, os meus celulares ficavam em cima da mesa da diretoria para todo mundo ver com quem eu falava e tudo, porque a minha única função ali naquele local era de que todos os reféns saíssem com a sua integridade física garantida e da mesma maneira que muitos dos sentenciados que não haviam tido participação nenhuma não fossem prejudicados. Após o término disso e a transferência de alguns rebelados no sábado, quando terminou tudo, eu me dirigi para a minha cidade de Presidente Prudente e lá fiquei, não saí para negociar nenhuma rebelião. Teve um



diretor de uma das penitenciárias da região que me telefonou perguntando se eu poderia auxiliá-lo com relação à integridade física dos reféns, que ele estava muito preocupado com alguns. O que eu pude fazer por ele, por telefone, por ele e por todo o sistema, porque era essa a área que eu trabalhava, eu, por telefone, dentro da minha casa, eu fiz. E não tive participação nenhuma, não passei nenhum recado. Durante todo esse período, eu estive na minha cidade, não saí de lá, e os meus celulares todos, o telefone da minha residência, tudo está à disposição da Justiça para poder, realmente, apurar se eu tenho ou não algum envolvimento com essa situação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas o que eu quero perguntar para a senhora é o seguinte: a senhora reconhece que extrapolou as competências da sua atividade profissional nos procedimentos adotados durante esse processo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Se o senhor quiser dizer que os procedimentos no fato de algumas pessoas entrarem em contato comigo por telefone, ou conversar com elas por telefone, sim, até extrapolei, mas somente conversava sobre situações pertinentes a processos. Nunca tive nenhuma participação ativa, sou contra a situação que está ocorrendo em todo o Estado, eu não tive nenhuma participação dessa. Recebi alguns recados conforme foram recolhidos no meu escritório? Foram recebidos. Eu não sou boba, o senhor não é, ninguém aqui é. Eu recebi o recado, mandaram eu passar, eu coloquei o recado dentro da minha pasta, dentro da minha pasta ficou, eu nunca passei para frente. Infelizmente, é isso que eu tenho para dizer.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora recebeu pedido de passar recado adiante, pediram para a senhora?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No momento, eu vou ser sincera com o senhor, eu não me lembro mais de quem foi que pediu para passar recado. Muitas vezes, o recado vinha por papel, eu jogava fora ali mesmo...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não sabe quem lhe pediu para passar recado para frente?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não sei, e nunca passei para frente esses recados.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem é Patrícia da Silva Aurélio?



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Patrícia da Silva Aurélio é uma cliente minha de um processo criminal que corre na cidade de Presidente Venceslau, mas eu não consigo entender qual é a ligação dela com os fatos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. A Patrícia é uma pessoa que eu estou defendendo, ela teve uma conta corrente bloqueada...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora conhece Anderson de Jesus Parro?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim, é meu cliente também, do mesmo processo. Meu cliente também no mesmo processo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Patrícia e o Anderson são...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ah, sim, ela era companheira dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Companheira do Anderson.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a senhora não sabe por que razão eu perguntaria para a senhora se a senhora conhece o Anderson?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Com relação aos dois, só trabalho com eles nos processos deles.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem conhecimento da participação e do envolvimento do Anderson nesse processo de rebeliões que ocorreram dentro dos presídios?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Na delegacia, quando eu fui presa, falaram para mim que ele trabalhava com isso, já ouvi alguns comentários, mas não tenho como afirmar, e creio que ele não possui nenhum envolvimento com essa facção, mesmo porque ele é uma pessoa de baixo poder aquisitivo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Moringa. O Anderson é o Moringa?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora acha que ele é uma pessoa que não tem vínculos com essa organização?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Dizem que tem, mas, pelo que eu posso saber, que eu trabalho com ele nos processos dele, é uma pessoa com um poder



aquisitivo baixíssimo, que passa por várias necessidades dentro das penitenciárias. Então, não creio que possua nenhum envolvimento com isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E esse preso, o Moringa, em algum momento, pediu que a senhora fizesse contato com líderes de outras cadeias ou dessa facção a fim de transmitir informações, buscar informações que pudessem de alguma forma ser do interesse dele?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Dessa maneira, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não. A senhora costuma visitar, nos presídios, presos e apenados que não são seus clientes?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Visitar, atender nos presídios, como advogada, presos que não são meus clientes? Algumas vezes, a família pede para que eu vá fazer o atendimento. Eu vou, vejo qual é a situação; se a pessoa aceita o meu honorário, o valor do meu honorário, ou até se... Que, às vezes, nem sempre... A pessoa aceita o valor do honorário, mas ela não tem direito a nenhum benefício, não há nada que possa ser feito. Eu sempre faço um primeiro atendimento, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. E o Leonardo da Silva Fernandes, quem é?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Foi um cliente meu também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem é ele?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - É um sentenciado que estava numa penitenciária de Araraquara. Eu fiz alguns atendimentos, porque ele tinha uma infração grave, que seria de porte de celular, e ele queria ver se poderia ser revertida essa situação para fins de que ele conseguisse benefício de progressão de regime.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E o Leonardo tinha algum vínculo com essa organização?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Também na delegacia vieram me falar que ele tinha algum tipo de vínculo, mas eu creio que não, porque ele nem sequer aceitou o valor dos meus honorários, que inclusive eram bem baixos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora está presa onde, doutora?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu estou presa na penitenciária de Ribeirão Preto.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora está numa cela com outras pessoas?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, somente com a outra advogada, que foi primeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A Libânia?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - A Dra. Libânia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora já conhecia a Dra. Libânia?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Conheci a Dra. Libânia no dia da minha prisão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora conheceu a Dra. Libânia do dia da sua prisão?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No dia da minha prisão.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora se sente segura lá onde a senhora está presa?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora acha que a senhora corre algum risco?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora sofreu algum tipo de ameaça?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Nenhum tipo de ameaça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora está tranqüila para poder falar a verdade?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Tranqüila para poder falar a verdade, mesmo porque o meu maior interesse é falar toda a verdade para que meu nome saia do meio de toda essa sujeira, de todas essas atrocidades que estão acontecendo, para que eu possa retomar a minha vida e levá-la do jeito que eu sempre levei. E se tivesse alguma coisa que eu pudesse falar para ajudar vocês, com certeza, eu falaria, porque, para mim, uma vida sem eu poder andar de cabeça erguida não seria vida; seria uma sobrevida. E isso não me interessa.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora conhece a ONG denominada Nova Ordem?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim, conheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é a sua vinculação com essa organização?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu tive alguns contatos com eles na época em que eles estavam conseguindo autorização do Ministério Público para trabalhar porque, como eu já falei, na minha região existem muitas penitenciárias, para verificar qual seria o tipo de serviço que eles prestariam para os presos e ver como seria a adesão dos presos com relação a eles. Tinha até alguns documentos, que seria uma cópia da publicação no *Diário Oficial*, telefones, contatos para se eu estivesse tendo algum problema, alguma reclamação de familiares de maus tratos etc., poder entrar em contato com eles. Somente essa a minha vinculação com a Nova Ordem, profissional.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora costumava conversar com os seus clientes dentro dos presídios através do celular?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Algumas vezes, sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora ligava para eles?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Algumas vezes, liguei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E eles, dentro do presídio, com celular?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Era comum?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Extremamente comum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É comum que os presos tenham celular dentro dos presídios?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim. Infelizmente, é chocante, mas é o que acontece.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O meio de comunicação da senhora com os seus clientes dentro da cadeia, normalmente, era o celular?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Normalmente, o meu meio de comunicação era indo na penitenciária, fazendo atendimento.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Qual era o número do celular que a senhora falava com os seus clientes?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu tenho 3 celulares. Eu tenho o 8123-0021, o 9109-6509 e o 9732... Agora não sei se é 3767, não vou lembrar direito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Estão no seu nome esses telefones, doutora?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Todos os 3 registrados no meu nome, *chip* comprado com nota, registrado em meu nome.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem conhecimento de outros depoimentos que a senhora já deu depois da sua prisão?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora confirma o teor desses depoimentos?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Depois do que eu li em todos os meus depoimentos?! Não. Eu passei 10 horas dentro de uma delegacia, com muita gente falando ao meu ouvido, e existem mil situações que foram colocadas no papel que são inverídicas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não reconhece os depoimentos que a senhora deu?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, não. Essa é uma situação que eu vou resolver perante o Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E os depoimentos que a senhora deu, assinou, reafirmou através do Termo de Declaração, a senhora não os reconhece?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não reconheço.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então houve uma mudança de opinião da sua pessoa a respeito dos fatos que a senhora relata aqui nesses depoimentos.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não relatei absolutamente nada nesses depoimentos. Nesses depoimentos vinham, perguntavam uma situação para mim, e eu respondia. Eu só fui tomar inteiro teor do que foi que eu assinei quando eu recebi



o meu processo da OAB. Antes disso, na delegacia, eu nem li o que eu assinei porque eu já estava muito nervosa e a pressão era muito grande.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora deu um depoimento em que estavam presentes o Dr. Arthur Pinto de Lemos Júnior, Promotor de Justiça; Dr. Éder Segura, Promotor de Justiça; Dr. João Emílio Zola Júnior, Presidente da OAB, e o Sr. Ronaldo Delfim Camargo, Vice-Presidente da OAB?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Todas essas pessoas estavam presentes no seu depoimento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E, mesmo assim, a senhora alega que deu esse depoimento em condições que a senhora não pode responder por ele?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Se o senhor puder esclarecer qual a relação de um depoimento que eu dei, que só interessa ao Poder Judiciário, ao processo no qual eu estou sendo indiciada, com essa CPI, eu posso responder isso para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou perguntando se a senhora, mesmo na presença de todas essas pessoas, insiste em nos dizer que a senhora não reconhece esse depoimento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Insisto.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pois eu quero dizer para a senhora, doutora, que nós temos consciência, convicção, de que esta organização criminosa é responsável por boa parte das armas e da munição que entra de maneira ilegal no País.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não estou discutindo a veracidade da convicção do senhor. O que eu estou querendo comprovar para o senhor é que eu não possuo essas informações...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - ...que o que vocês estão desejando não possuo. Nunca tive acesso a nenhum tipo de informação que possa vir a servir a esta CPI.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Pois nós temos a convicção de que não só a senhora tem essas informações, como de que a senhora participou diretamente desses episódios, que levaram, inclusive, à morte de várias pessoas; que foi através da sua ação, que isso só foi viabilizado em função das prerrogativas que a senhora tem como advogada, levando essas informações para dentro das cadeias; que não era possível que essa organização tivesse, com tanta facilidade, condições de fazer, como vocês dizem, “levantar essas cadeias”.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Meu senhor...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Em primeiro lugar, a senhora vai responder quando eu lhe perguntar!

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Está bem.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não tenha dúvida de que nós estamos aqui fazendo este depoimento porque temos um convencimento a respeito da sua participação. E a senhora não pense que vai ser com tom de voz que a senhora vai intimidar alguém aqui.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mas eu não estou querendo intimidar o senhor pelo tom de voz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então a senhora responda sobre as coisas que eu lhe perguntar. A senhora foi contatada por Patrícia da Silva Aurélio no final de 2004, início de 2005, para prestar atendimento ao Moringa. Foi procurada e, a partir daí, já sabia que o Moringa tinha uma ligação com o PCC e que ele mesmo lhe informou que era um piloto do raio, responsável pela disciplina dos presos em toda região de atuação do Moringa. Essa é uma declaração sua.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Com certeza, o senhor está modificando as palavras. A minha declaração não foi essa. Se o senhor não está modificando, foi uma modificação da delegacia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A advogada, militante da região de Presidente Prudente, indagada como iniciou o trabalho de advogada para o PCC, a declarante esclareceu o seguinte: *“No primeiro atendimento que fez, não tinha consciência de que estava prestando um serviço para a facção criminosa porque, no final de 2004 ou começo de 2005, foi contatada por Patrícia da Silva Aurélio para fazer um atendimento na penitenciária de Marília, onde estava o namorado dela,*



Anderson de Jesus Parro, o Moringa; a declarante acabou fazendo tal atendimento, onde compareceu Anderson, e mais 3 pessoas, no atendimento, informando que havia ocorrido uma morte na penitenciária por estrangulamento e que 10 pessoas estariam envolvidas na sindicância. Mas eles achavam injusto, porque quem havia matado já havia se apresentado". Até aqui está de acordo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Algumas, algumas situações, sim. Eu fui contratada pela Patrícia para ir atender lá, entendeu? Não estava trabalhando para nenhuma facção criminosa. Eu estava trabalhando, como advogada, para certos sentenciados, para sentenciados que me contratavam, garantindo o direito constitucional de defesa deles.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Em nenhum momento participei de nenhuma atividade da facção criminosa nem recebo por isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *"A declarante deveria acompanhar a sindicância e o processo-crime; a declarante assumiu o caso com honorários de 500 reais; a declarante passou a entrevistar-se com todos os presos que estavam sendo sindicados, tranquilizando-os sobre o desenrolar do processo administrativo; a partir de então, vários presos passaram a telefonar para o seu telefone celular de dentro dos presídios; a declarante sabia que eles estavam com telefone celular dentro dos presídios; eles ligavam e ficavam cobrando uma atitude mais decisiva por parte da declarante, que acabou, inclusive, perdendo o prazo para apresentar uma defesa; nesse acompanhamento, a declarante recebeu a orientação no sentido de entregar a cópia do depoimento da sindicância que detalhava as circunstâncias do homicídio ocorrido dentro do presídio de Marília; tal cópia deveria ser entregue para Moringa, que provavelmente estava preso em Getulina; a declarante percebeu que Moringa tinha uma certa ligação com o PCC e que falavam que ele era um piloto do raio; este seria o responsável por tudo o que acontecia no raio do presídio, que consistia na disciplina dos presos e em conversas com a diretoria; a declarante levou cópia do depoimento". A senhora confirma o que eu li?*

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Que eu trabalhei, que eu fiz esses atendimentos, sim. Que eu levei cópia de defesa pra dentro da penitenciária, sim. Esse é um procedimento totalmente normal a partir do momento em que as pessoas



interessadas estão fazendo parte de uma sindicância. Eu tenho que fazer o atendimento, levar para os meus clientes a cópia da defesa que foi feita e dar informações de como ocorre o processo. Mas daí falar que eu tenho qualquer tipo de envolvimento, que eu participei de qualquer atividade criminosa, por aí, até aí onde o senhor está falando, eu somente atuei como advogada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *“Recebeu um telefonema de Leonardo da Silva Fernandes, que também usa os nomes de Leo, Igor e Túlio, que estava preso em Araraquara; a declarante, nessa altura, já tinha consciência de que estava trabalhando para o PCC, porque era de conhecimento público que a rebelião em Venceslau era uma ação do PCC”.*

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Deputado Paulo Pimenta, permita-me um aparte...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora confirma essa...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, não confirmo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Permite-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Com prazer.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Queria saber da depoente se ela gostaria de fazer uma reservada, uma sessão privativa, com a Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - De maneira alguma. Para mim, pode continuar da maneira que está.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O.k.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, a senhora não confirma isso que eu li aqui.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Não confirmo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa é uma declaração sua, assinada pela senhora, rubricada a folha, assinado o depoimento na presença dos promotores...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu já expliquei...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA -...e do Presidente e Vice da OAB. Esse depoimento a senhora assinou?



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Assinei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Eu não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, na realidade, é muito sintomático que a depoente queira uma audiência aberta. Não há nenhuma dúvida de que há aqui uma situação típica onde, por algum motivo que nós teremos de descobrir, a depoente altera completamente o seu depoimento. E a forma de provar para a organização criminosa, com a qual ela estabelece relações, de que ela está cumprindo aquilo com que ela se comprometeu, é a audiência pública, como forma de ela sustentar aqui a inocência dos seus comandantes, as pessoas para as quais ela presta serviço. Esta advogada, Sr. Presidente, seguramente participou diretamente da chamada segunda leva de rebeliões do Estado de São Paulo. Foi através da ação dela e da outra advogada, que está presa com ela, que foram viabilizadas não só as rebeliões como as ordens para assassinatos dos agentes penitenciários e de uma série de outras pessoas inocentes, e de familiares de pessoas inocentes, que foram mortos no Estado de São Paulo. Eu lamento, Sr. Presidente, porque essa é uma demonstração talvez motivada pelo medo, talvez pela ameaça de seus familiares, talvez pelo risco de vida. Mas o fato é que nós temos provas substanciais e poderíamos aqui oferecer uma oportunidade para que a Dra. Valéria pudesse, de alguma forma, se redimir um pouco do mal que tem provocado, prejudicando a sociedade. Um depoimento foi dado na presença de 2 promotores, do Presidente e Vice-Presidente da OAB. Posteriormente, em outra data, no dia 28, ela reafirma tudo o que foi dito num outro depoimento...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Com licença, senhores. Só dei um depoimento, e foi dado no dia 28. Nunca dei nenhum outro depoimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem um termo de declaração, no próprio dia 28, no qual a senhora reafirma as coisas. Ratifico integralmente as declarações que prestei nesta data. São 2 depoimentos, 2 termos de declarações nos quais a senhora, em ambos, confirma tudo aquilo que lhe está sendo imputado. Eu, sinceramente, gostaria que a senhora tivesse uma outra conduta. Nós temos aqui números de telefones que a senhora forneceu, informações detalhadas, nomes de pessoas. Eu vou me reservar, Sr. Presidente, de aguardar o momento mais oportuno para retomar as perguntas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Senhorita Valéria, o que é um salve?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Salve?!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Recado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É um recado.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - É uma gíria utilizada entre presos, entre pessoas envolvidas com o crime, para recado. Essa gíria é utilizada independente de facção ou não. É uma gíria. Significa recado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Um salve é um recado que se manda para todo mundo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, os seus clientes, além desse que ele falou, como era o apelido desse...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Moringa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Moringa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Macarrão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Macarrão era seu cliente também?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu trabalhei pra ele somente num processo de uma sindicância de uma rebelião, da rebelião de Getulina. Foi somente nesse processo, pra ele e mais 9 pessoas, se não me engano. Mas já foi meu cliente, sim. Não possuo mais nenhum contato com ele. O processo já se findou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E findou quando?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu levei, a pedido da esposa dele, na penitenciária de Presidente Venceslau, no começo do mês de junho, a cópia da sentença. Entreguei... Ele tinha mais um processo, mas ele falou que não ia necessitar dos meus serviços, que queria contratar outro advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - No começo de junho?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O Moringa lhe passou uma procuração por escrito?



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Do Moringa eu tenho procuração por escrito, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do Macarrão também?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - A do Macarrão, o que eu tinha... A procuração por escrito dele, que está, foi juntada no processo da sindicância. Não tenho mais nenhuma procuração. Se sobrou alguma, não tem mais nenhuma... Tenho uma procuração sim, porque ele tinha que prestar uma declaração perante a delegacia de Presidente Venceslau. Mas quando eu cheguei ali na frente da penitenciária, já fiquei sabendo que não seria eu a advogada dele, tanto é que a esposa dele me telefonou e queria que eu devolvesse 500 reais, que é o que eu estava cobrando para acompanhar aquela oitiva dele. Foi somente isso; nunca mais tive nenhum contato com ele, porque já havia realmente se findado, já tinha uma sentença na sindicância administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Dra. Valéria, o que levou a senhora a trabalhar nas execuções criminais?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - A indicação de algumas pessoas. Algumas pessoas me procuravam e eu vi que era uma área boa, porque a região possui muitas penitenciárias. Então comecei a fazer alguns pedidos de progressão. Mas, efetivamente, nunca foi a área de que eu mais gostei, tanto é que nem me adentrava somente a ela e continuava atuando em todas as áreas do Direito.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você falou em indicação. Indicação de quem?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Familiares. As pessoas procuravam... *"Ah! você é advogada, o meu sobrinho está preso, o meu filho..."* E assim uma pessoa ia me indicando para outra na cidade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você pode citar alguns desses familiares, de quem eram, alguma indicação para a gente tentar...

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Srs. Deputados, todas? Assim, de nome, é muito difícil, porque o meu escritório tinha vários clientes, entendeu? Foram pegas



todas essas documentações. Tinha fichas de entrevistas da família do cliente que vinha me procurar; eu anotava o nome, anotava um telefone, qual era a situação... Alguns casos eu atendia, outras eu também não atendia, porque uma coisa é fazer um pouco barato e outra coisa é fazer totalmente de graça. Mas, assim, de cabeça, não vou conseguir lembrar de nomes.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você, como profissional do Direito, auferiu mais honorários na área de execução criminal ou em outra área do Direito?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Em outra área do Direito... Na área de contratos e na área tributária eu auferi bem mais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se você auferia bem mais na outra área do que nessa, porque você veio para a essa área?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Mas eu não havia abandonado a área de tributário, nem a de contratos, nem a área cível. A minha cidade é uma cidade pequena, que não possui tantas empresas. Simplesmente, era um escritório pequeno, que era na frente da minha residência, e eu atuava em todas as áreas, entendeu? Acabei sendo um pouquinho mais conhecida pelo fato de ter ajudado a negociar algumas rebeliões, mas foi somente isso. Nem eu era a melhor advogada criminalista de execução penal da minha região.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se você não era criminalista nem atuava nessa área, por que você era chamada para ajudar na solução das rebeliões das penitenciárias?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Pelo fato de que eu já havia feito algumas defesas de sindicância, sindicância... Quando ocorre uma falta grave, algumas situações, o sentenciado é retirado da penitenciária, ele é internado no RDD, antigamente no RDE, que não existe mais. Eram poucas as pessoas que entendiam dos procedimentos desse sistema de penalização.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você falou do RDD e de um outro sistema. Qual é o outro sistema?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - RDE.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que é isso?



A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Regime Disciplinar Especial e Regime Disciplinar Diferenciado. O RDE não existe mais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah! não existe mais?!

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você disse que é advogada na sua residência. Você mora com quem na sua residência?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Com os meus filhos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quantos filhos você tem?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Eu tenho 2, um casal.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a idade deles?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Meu filho tem 24, minha filha tem 19.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a sua situação matrimonial?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Eu sou divorciada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O seu marido faz o quê?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - O meu marido?! Não me interessa, não sei. Ele não é meu marido; eu estou divorciada dele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O seu ex-marido fazia o quê?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Ele se formou em Direito, não sei mais o que ele faz. Nunca mais tive contato.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quando você se separou dele?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Há 4 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele está preso?

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Não, que eu saiba não. O que a minha vida pessoal tem a ver com... O meu ex-marido não é o pai dos meus filhos. Essa situação não tem absolutamente a ver com...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah! o seu ex-marido não é o pai dos seus filhos?!

A SRA. VALEIRA DAMMOUS - Não, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quem é o pai dos seus filhos?



A SRA. VALERIA DAMMOUS - O pai dos meus filhos são pessoas do meu passado. A minha vida particular tem a ver o que com essa CPI?! O senhor desculpe, Deputado, a petulância de perguntar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu acho que tem muito a ver. A vida pregressa tem muito a ver. Eu, inclusive, estou procurando manter bastante respeito com você, mas você está agressiva desnecessariamente. Ninguém...

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Não, não estou agressiva. O pai do meu filho deve possuir uma marcenaria na cidade de Londrina. Foi uma pessoa que eu conheci quando eu tive 16 anos de idade; fiquei grávida e tive o meu filho. A minha filha, eu tive ela quando eu tinha 20 anos de idade; foi também com um rapaz que eu namorei e com quem tive um filho. Qual é a profissão dele no momento eu não sei, porque ele também não me ajuda a sustentar os meus filhos. O senhor entendeu agora?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Porque que você não entrou com Ação de Alimentos contra eles para ajudar a sustentar os seus filhos?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Porque eu sou uma pessoa que sempre trabalhei e tenho condições de me sustentar sozinha. Eu acho que eles têm alguma obrigação é com relação aos filhos deles, não é com relação a mim. O que eles quiserem fazer para os filhos, eles façam.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com quem estão seus filhos hoje?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Os meus filhos, hoje?!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É.

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Eles são bem grandinhos, não é?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas com quem eles estão?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - O meu filho deve estar com a minha mãe; e a minha filha, creio, com a minha mãe, com a família do namorado dela, com o meu irmão...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ninguém te informou onde é que estão os seus filhos nesse período em que você está detida?



A SRA. VALERIA DAMMOUS - Do período em que eu estou detida, até o momento, eu não tive visita. O meu filho fica alguns dias na casa da minha mãe, alguns dias ele fica na casa do meu irmão. E a minha filha, da mesma maneira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mesmo sem visita, você não pode, pelo celular, se comunicar?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Não, eu não tenho celular.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você acabou de responder ao Deputado aqui que celular é normal nas cadeias.

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Para quem possui situação financeira que possa lhe garantir isso, eu creio que sim, mas, no meu caso, nem possuo situação financeira nem tenho interesse de ter celular.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Espera um pouquinho, espera um pouquinho! Por que na cadeia tem que ter situação diferenciada financeira? Isso pode permitir essa ou aquela situação...

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Com relação a celular?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É. Você respondeu isso na pergunta anterior. Você já disse que o preso não tinha situação financeira para ter um celular. Agora você diz a mesma coisa: que, se tivesse situação financeira, poderia ter um celular. Qual é essa diferenciação? Eu não entendi isso.

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Bom, eu creio que deve ser cobrado de alguém. Alguém deve pagar para alguém para um celular entrar dentro da penitenciária. Os meus únicos celulares, os que me pertenciam, estão presos junto ao processo. Eu não possuo dinheiro nem para comprar outro celular. Me comunico com a minha família por correspondência e não tenho interesse nenhum em ter celular lá dentro.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você, respondendo ao Deputado Relator, disse que se comunicava com o preso por celular, mesmo estando dentro do sistema prisional?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Porque algumas pessoas me telefonavam de dentro do sistema prisional, perguntando se eu ia fazer atendimento, se eu não ia, se eu tinha novidade do caso, o que aconteceu, se passou a Lei do Crime Hediondo, esse tipo de situação.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se você estava lá dentro, você não podia pedir para entrevistar o preso ao invés de falar com ele por celular?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Sim, mas a partir do momento em que te telefonam, você atende. Eu acho que, se o senhor for querer chamar todo advogado que algum dia manteve contato com um preso por celular dentro da penitenciária, esta CPI vai precisar de muitas prorrogações, porque todo mundo conversa com os presos por celular.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ouviu, Sr. Presidente, o que ela falou? Vamos precisar de muitas prorrogações... Tem muitos advogados fazendo isso que ela acabou de relatar.

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Não existe nenhuma lei que criminalize você manter comunicação via celular. A partir do momento em que eu não estou cometendo nenhum crime... Eu somente conversei.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, conversar por celular não é crime; mas entrar celular dentro do sistema é crime.

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Mas é um crime no qual eu não tenho participação. Se eu estou somente falando... Se houve crime com esse celular entrando...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah, não! Não estou culpando você, não. Não estou incriminando você, não.

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Ah, sim! É isso que eu estou querendo dizer para o senhor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Estou falando em tese. Como você é uma pessoa entendida, estou falando em tese.

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Então, com certeza, deve consistir num crime celular entrar lá dentro. Agora, não é considerado crime o preso possuir um celular lá dentro. É, no máximo, uma falta grave não regulamentada. Então, quando eu comecei a trabalhar nessa área, eu verifiquei tudo isso; e verifiquei que não havia nenhum problema manter esse contato porque a lei não me incriminaria.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você é formada há 5 anos, não é?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Exato.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Desde o início você tem OAB regular?

A SRA. VALERIA DAMMOUS - Desde o início. Passei na primeira OAB.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Em quanto tempo você mediu a mudança para ir para a criminal? Quanto tempo faz aproximadamente isso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu comecei a trabalhar nessa área no ano passado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Em um ano você aprendeu muito com o crime.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu adoro ler. Eu adoro me instruir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ah, é?! Quando o Deputado Pimenta perguntou a você e você disse assim: "olha, eu compro *chip*". Eu acho que não se compra *chip*, compra-se o celular, não é? Por que você falou que compra *chip*?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Às vezes o senhor compra um aparelho já usado, do qual a pessoa quer continuar com o *chip* dela e aí você compra só o aparelho, entendeu? Os meus aparelhos possuem nota, foram comprados no meu nome. E os *chips*, a partir do momento... Dois aparelhos meus têm *chip*; o outro celular é da Vivo. A gente tem que cadastrá-los. E são cadastrados no meu nome. Eu falo *chip* porque eu posso vender o meu celular e continuar com o meu número, isto é, o *chip* dele.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você disse para o Deputado Pimenta que assinou, mas não confirma as suas declarações no momento da sua prisão?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Porque, no momento em que assinei todas essas declarações, eu já estava presa, desde as 6 horas da manhã, sem poder tomar um banho, sem almoçar, muito nervosa, muita gente na minha cabeça. Eram feitas muitas perguntas. Eu sou uma pessoa instruída, sei como funciona o procedimento na Justiça: o depoimento meu que vai ser válido vai ser aquele que eu der em juízo. Então, para mim, independente do que estava escrito no papel, tanto fazia assinar ou não assinar.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas não é muito grave você, como advogada, falar isso, que assinou por assinar porque não vale nada o que você assinou no flagrante? Não é muito grave você falar isso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não estava presa em flagrante. Eu não fui presa em flagrante. Houve uma ordem de uma prisão e uma busca-e-apreensão no meu escritório. Eu prestei as declarações de praxe, colaborei em todo momento, entreguei celular, computador. Eles estavam tendo dificuldades, e entreguei toda a documentação do meu escritório. Em nenhum momento eu tentei impedir a atuação dos promotores. Somente na hora em que chegou a minha denúncia é que eu fui ler o meu depoimento: muitas coisas não condizem com a real verdade dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Permite uma coisa?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Então, não era prisão em flagrante. Era prisão preventiva.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Provisória.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Provisória, mas já foi transformada em preventiva.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Já.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você não se negou a assinar aquilo, se já tinha sido decretada a prisão?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Porque eu queria imediatamente já ser transferida para onde quer que fosse; queria acabar com aquilo. Eu sei que o meu momento de... toda a minha tese de defesa, ela vai estar em cima do quê? De todos os documentos que foram apreendidos, de todas as certidões dos processos que eu trabalhei, da degravação de todos os meus aparelhos celulares, certo? Tudo isso vai poder ser utilizado num momento oportuno para comprovar se eu tenho ou não envolvimento com isso. No momento, eu entendo a situação que está passando o País inteiro, porque não é uma situação que está ocorrendo somente no Estado de São Paulo. O meu momento de defesa vai ser outro. É óbvio que, como eu fui uma das únicas advogadas a ser presa, que tudo venha em cima de mim. Mas eu vou ter o meu momento de defesa, com provas colhidas exatamente pelo Poder Judiciário e pela polícia.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, no caso do Sérgio Wesley, quando eu disse que ele aprendeu rápido com a malandragem, infelizmente, se confirma mais uma vez. Com a palavra V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu só queria perguntar: foi pega maconha no teu escritório?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim. Mas no meu escritório, não; na minha residência. O meu escritório é na frente e minha residência é atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foram 200 gramas de maconha, mais ou menos?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Centro e treze gramas de maconha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Centro e treze. Quem é que usava isso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - A pessoa que usava, que, no caso, não era eu, foi formalmente indiciada, e eu acho que não existe motivo nenhum para eu divulgar isso perante todo o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, já foi divulgado. Eu não estou contando novidade, não. Isso que eu queria lhe dizer. Não tem novidade nenhuma. Só para ter uma idéia... Eu estou perguntando porque eu vi aqui nas divulgações: *Agência Estado, Folha*.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Para mim também foi uma novidade. Eu descobri isso naquele momento em que a polícia adentrou na minha casa. Mas, infelizmente, não há nada que eu possa fazer no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Descobriu se é maconha naquele momento? Onde é que ela estava, essa maconha, quando foi descoberta?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ela estava na bolsa da minha filha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na bolsa da tua filha?!

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De quantos anos ela?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Dezenove.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas não era a sua filha que usava, não?



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Como eu disse para o senhor, eu não tive oportunidade de conversar com a minha filha pessoalmente. Essa é uma situação muito grave que eu vou ter que conversar pessoalmente. Quando ela for me visitar, vou ter que perguntar se ela tinha esse vício, se ela era, se era o irmão dela, se era o namorado dela, se era alguma amiga dela. São situações que eu só vou poder verificar na hora em que eu conversar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cento e treze gramas não é uma quantidade pequena; é uma quantidade razoável.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa eu fazer 2 perguntas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu só fazer algumas. O Deputado Arnaldo terminou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só 2 que eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então faz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem é que é o seu advogado, doutora?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O meu advogado agora é o Dr. Leonardo, mas eu não vou lembrar de cabeça o sobrenome dele. Ele foi contratado pela minha mãe, recentemente.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Leonardo?!

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora já conhecia o Dr. Leonardo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, não. Eu fiquei conhecendo o dia em que ele foi fazer atendimento comigo na penitenciária.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele é o Leonardo da Silva Fernandes?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Esse é um sentenciado que, uma vez, me chamou para ver se eu pegava o caso dele ou não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora disse que o Leonardo era o chefe da área jurídica do PCC?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Desculpe, eu não ouvi. Eu falei que o Leonardo...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aqui: *“Leonardo da Silva Fernandes, que também usa os nomes de Léo, Igor e Túlio, estava preso em Araraquara. A declarante, nessa altura, já tinha consciência de que estava trabalhando para o PCC, porque era de conhecimento público que a rebelião em Venceslau era uma ação do PCC. ‘Por esse acompanhamento à rebelião o PCC me pagou R\$1.500,00, que foram depositados em uma conta corrente do pai de Tiago Rocha da Silva, advogado’.* Sabe quem é o Tiago Rocha da Silva?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sei. Ele trabalhava comigo em algumas situações, em alguns casos. Ele tinha o escritório dele separado e eu tinha o meu.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De nome Nelson, no Banco Bradesco. O depósito foi providenciado por Leonardo.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, não sei quem foi que efetuou esse depósito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Estou lendo o seu depoimento: *“A declarante percebeu que ganhava mais dinheiro trabalhando para o PCC do que exercendo as suas funções de advogada, em especial como integrante da Assistência Judiciária. Leonardo era o chefe da área jurídica do PCC e ligava para a declarante, indicando as pessoas que deveriam receber a entrevista da declarante”.*

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sr. Deputado, esse Leonardo, o qual consta no meu depoimento que seria chefe de alguma coisa, é um rapaz de 21 anos de idade, sem instrução nenhuma e jamais poderia ter essa capacidade. Eu já atendi em várias penitenciárias. Existem advogados presos, existem estudantes de Direito presos. Então eu... Aí tem alguma coisa errada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Diz aqui: *“Leonardo era o chefe da área jurídica do PCC”.*

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Esse Leonardo foi um cliente que eu atendi. Ele não aceitou o meu orçamento; e, pelo pouco que eu conversei, ele não possui inteligência para isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então o seu advogado atual chama-se Dr. Leonardo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No momento, eu, como eu não pude trazer nada da penitenciária, não vou poder dar o sobrenome dele.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele é lá da sua região?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ele é da minha cidade e foi a minha família que o contratou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não conhecia ele?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, mas já o tinha visto. Conhecia-o de vista, do escritório.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ele e o Dr. Emir.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele e o Dr. Emir?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso. Minha mãe que contratou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora declara Imposto de Renda?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Declaro como isenta. Nunca ganhei uma quantia que desse pra... que me enquadrasse como declarante de Imposto de Renda.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora nunca declarou Imposto de Renda? Só como isenta?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Como isenta, já declarei. Teve um período em que eu declarava, quando eu era proprietária de um pequeno sítio junto com meu irmão. Eu fazia uma declaração conjunta, que era a declaração da propriedade. Mas, depois que eu vendi a minha parte para fazer o meu Curso de Direito, eu nunca mais alcancei o patamar para a declaração.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que é o nome do seu ex-marido último?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Do meu ex-marido último?!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É. O advogado.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Dario de Arruda Mendes.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dario de Arruda Mendes?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele milita lá na região de Presidente Prudente, também?



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Olha, o senhor vai me desculpar a sinceridade. Por mim, ele podia militar no inferno, que é uma pessoa que eu não quero nem olhar na cara dele. Não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não deve ter muita diferença. A senhora... Qual é o seu ganho mensal, doutora, mais ou menos, em média?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mais ou menos em média, se for tirar só entre honorários, porque a maior parte é tudo parcelado...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas o que a senhora mais ou menos movimenta de dinheiro por mês?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Uns dois mil e duzentos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dois mil e duzentos?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora paga aluguel?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim, pago.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a senhora movimenta esse dinheiro em qual banco?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No banco Bradesco. Eu passei o número de todas as minhas contas bancárias.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No Bradesco.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No Bradesco. Eu tenho conta no Bradesco, no BANESPA, no Real e na Nossa Caixa. Já no final, quando eu havia dado todos os depoimentos, eu, conversando com o delegado da DIG, da cidade de Presidente Prudente, eu achei por bem que ficou faltando... E eu autorizei a quebra do meu sigilo bancário e passei todas as agências em que eu tinha conta bancária.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No ano passado, a senhora tinha conta na Nossa Caixa e no BANESPA?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No BANESPA e no Real, no ano passado. A do Bradesco eu abri este ano.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O total da sua movimentação financeira durante todo o ano, o que a senhora movimentou de dinheiro, na Nossa Caixa e no BANESPA, no ano passado, a senhora tem idéia mais ou menos de quanto seria?



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Na Nossa Caixa deve ter sido... Vamos colocar uns 4 mil reais, imagino.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No ano?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No ano.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E no BANESPA?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No BANESPA... Aí eu teria que verificar se foi o ano que terminou de pagar o empréstimo, que eu havia feito um empréstimo no banco logo quando eu me formei e meu irmão estava me ajudando a quitar o banco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas quanto a senhora ganha por mês mais ou menos?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Atualmente?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É. No ano passado. Quanto a senhora ganhava por mês?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No ano passado, se eu ganhei 20 mil o ano inteiro foi muito. Eu precisei de auxílio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora ganhava menos de 2 mil reais por mês?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O ano passado eu precisei muito do auxílio da minha mãe para me ajudar a manter meus filhos e manter minha casa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não conseguia... Quantos clientes a senhora tinha?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ah! Eu tinha bastante. Mas acontece que aquela...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quantos clientes a senhora tinha?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Creio que uns 30 ou 40.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Trinta ou quarenta clientes?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Trinta ou quarenta clientes. Só que muitos dos clientes são do convênio da Procuradoria. Outros clientes são aqueles que pagam 100 reais por mês, 200 reais por mês, e outros são contratos de risco.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não ganhou 2 mil reais por mês?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Creio que não cheguei a isso.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E pagava aluguel?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - A minha mãe me ajudou bastante. Minha mãe pagou aluguel, pagou água, pagou luz. Muitas vezes, foi cortada água, foi cortada luz, foi cortado o telefone da minha residência. Muitas vezes, tudo isso pode ser comprovado facilmente, situação que continua ocorrendo inclusive até este ano.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Valéria, mesmo que você tenha esse rendimento baixo, esse valor abaixo de 20 mil te obrigava a fazer Imposto de Renda. Por que você acha que não fez Imposto de Renda?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Porque eu recebia... O que era declarado já era recolhido com relação ao meu convênio da Procuradoria, entendeu? Quando eu falo que entraram 2 mil, 2 mil e 200, muito disso estava incluído em despesa de viagem ou outro tipo de despesa no caso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que carro você tem?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu?!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Nenhum.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como você se deslocava?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Com o carro da minha mãe, que minha mãe me deu para usar para trabalhar, para mim e para o meu filho. Eu divido um carro com meu filho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Que carro é esse?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Um Clio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você esteve com o Moringa 2 vezes. Você esteve com o Moringa dia 7 de junho e dia 26 de junho. Nesse período foi quando virou a cadeia de Getulina. Você disse que não levou recado nenhum do Macarrão, e o Macarrão informa que mandou um salve para o Moringa, por seu intermédio.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - A cadeia de Getulina não virou nesse período. Eu estive lá para perguntar se ele ia querer que eu fizesse um HC para a Patrícia, porque ela havia tido neném e eu ia fazer o HC para ela porque o pai dela estava me pressionando, embora eu não achasse o momento adequado. Eu queria saber se ele queria que já fizesse o HC dele também nesse momento.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que o pai dela estava te pressionando?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Porque ela havia tido neném. O neném estava com 4 meses. Eu expliquei que era um processo muito demorado, que ainda não tinham sido ouvidas todas as partes e que provavelmente seria negado esse HC. Mas ele estava pressionando. Falei: *“bom, tudo bem. Vou entrar com esse HC para a Patrícia”*. Como eu já ia entrar e era um processo em que a Patrícia estava e o Anderson também estava, fui perguntar para ele se ele também possuía interesse, porque ele já tinha uma prisão preventiva em um outro processo. Falei assim: *“então, eu creio, no meu entender, que, para que você não tenha necessidade de a gente entrar com esse HC agora, a partir do momento quando você se livrar da outra preventiva, aí a gente já entra com tudo de uma vez”*.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quanto você cobra para fazer um HC?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mil reais.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você acha que está bem paga para fazer um HC por mil reais?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, mas na minha cidade, infelizmente, a advocacia é um mercado de feira. O senhor está achando que eu estou cobrando barato por mil reais? Se eu cobrasse para o senhor aqui mil reais e o senhor chegasse ali na frente ia ter um outro advogado que ia fazer por 800, e, se andasse mais um pouco, ia ter outro que faria por 500.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você fala que a advocacia, em Prudente, é um mercado de feira?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Porque a nossa cidade é uma cidade que não tem muitas indústrias. São muitos advogados e é sempre... Ninguém respeita a tabela da OAB. Vão sempre baixando o preço, baixando o preço...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Posso fazer um comentário da avaliação da sua situação? Você não se ofende?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Pode fazer.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você não acha que, para quem se formou em Direito, chegou na situação de ter uma OAB, estar nesta situação hoje não é vexatório para você?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Totalmente vexatório. Para mim, a minha vida acabou. A minha vida acabou no dia 28.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim, mas acabou e você continua arrogante. Você continua petulante.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não continuo arrogante.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Continua. É lógico.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, eu não continuo arrogante, meu senhor!

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Continua.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O senhor pode estar achando que estou sendo arrogante.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E está sendo! Eu te pedi se podia fazer esse tipo de comentário antes de fazer...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu estou ciente de todas as provas que existem contra mim. Estou ciente de tudo.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você viu o inferno que virou a sua vida. A sua casa caiu e você continua querendo... Eu estou achando — desculpa a sinceridade — que você nem pediu a reunião reservada porque você está passando um recado para a bandidagem: *“olha, eu não entreguei ninguém. O que eu assinei não vale nada. Os ‘salves’ que eu recebi joguei fora. É um recado bobo”*. Tudo que você está falando tem um sentido.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sr. Deputado, eu estava recolhida numa cadeia de uma cidade desse tamanho, que se chama Lucélia. A cadeia era de papel. Se eu tivesse alguma informação...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que é cadeia de papel?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Cadeia de papel que a gente fala é cadeia com pouca segurança. Se eu fosse importante, se eu fosse uma pessoa importante ou dentro dessa facção ou para quem quer que seja, se tivesse alguma informação importante, o senhor concorda comigo que 2 coisas teriam acontecido: ou teriam me resgatado ou já teriam me matado. Oportunidade para me matar não faltou. Eu não



tenho medo deles. Eu não tenho medo de nada. Tudo o que aconteceu está sendo amplamente divulgado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Espera um pouquinho. O Moringa disse que recebeu um recado seu, encaminhado pelo Macarrão. Você vem aqui e diz que o recado não foi dado. Você diz que o recado é recado bobo. Que fora apreendido em seu escritório porque você não deu segmento a nenhum deles. Essa é a clara demonstração sua de passar um recado que você não deu a ninguém, que você não entregou a ninguém, que você segurou tudo sozinha, que você assinou, mas não vale nada o que você assinou. Você está querendo dar um recado.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sinceramente?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sinceramente.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Se eu fizesse parte de alguma organização e tivesse que segurar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, não! Eu não acho que você faz. Eu acho que você acabou envolvida na situação e está com receio de que se passe a imagem de que você entregou alguém. Então, se você usar de sinceridade, nós podemos usar de sinceridade para ficar mais fácil a nossa conversa.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato. Mas estou falando com sinceridade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não. Você está dissimulando o tempo inteiro!

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não estou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você está, Valéria.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não estou! Eu não estou! Estou ciente de todas as acusações que existem contra mim. Estou ciente de todas as provas que existem contra mim e estou ciente de todos os fatos que existem e que serão a meu favor.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que será a seu favor?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Os meus telefones são grampeados. Nunca adentro em nenhuma penitenciária sem que eu preencha uma ficha, fique marcado o nome do sentenciado que atendi, o dia que atendi, a hora em que entrei, a hora em



que saí. Normalmente, converso com o meu cliente aqui, mas tem agente penitenciário circulando por todos os lados; tem sempre advogados atendendo dos outros lados. Estou ciente e tenho plena consciência de que não fiz nada. A minha vida foi destruída? Foi, sim, totalmente destruída. Trabalhei em algumas situações que vieram me prejudicar? Prejudicaram-me. Não me prejudicaram temporariamente. Não sou criança nem sou hipócrita para dizer que vou vir aqui, vou colaborar com vocês ou vou colaborar com eles e mentir e que a minha vida vai continuar normal. A minha vida nunca mais vai continuar normal. Eu tenho um processo para responder. Não sei se vou ser inocentada ou se vou ser condenada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a sua idade?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu tenho 41 anos. Eu não tenho motivo para proteger ninguém, nenhum cliente meu, porque acho que nem era uma advogada que ganhava assim tão bem. Os interesses que eu defendo hoje são os meus. Eu estou presa. Estou lá dentro, estou estudando, estou lendo. Quando eu sair de lá eu vou ver o que vou fazer da vida. Entendeu? Se eu tivesse alguma informação que pudesse auxiliar, eu teria auxiliado. O meu filho, há muito tempo, está tentando prestar concurso; e eu entrei com um mandado de segurança para o meu filho entrar para dentro da Polícia Militar. Eu jamais participaria de qualquer atividade que pudesse causar mal para alguém, porque eu sou uma pessoa católica praticante e sou contra a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Valéria...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Obrigado, Deputado Arnaldo Faria de Sá. O que o Deputado Arnaldo está tentando mostrar é que vejo que tu estás com medo, muitas vezes, de fazer algumas declarações. Isso que li da maconha saiu em *O Dia On-line*, no dia 28 de junho.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Inclusive, saiu que tu fostes presa: mandado de prisão por causa da interceptação de conversa telefônica. Está aqui. Estou lendo o jornal.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Certo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso quer dizer o quê? Que as conversas telefônicas elas te indiciam. Tu destes brecha para convencimento do Judiciário de que ele expedisse o mandato de prisão.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Olha, todos os celulares da minha residência foram apreendidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só para tu saberes aqui. Já no *Folha On-line* saiu assim: *“Valéria teria ganho do PCC 20 mil. Afirmou ter recebido de Moringa, preso em Presidente Venceslau, a ordem para que 5 agentes penitenciários fossem mortos”*. Isso saiu no dia 30 de junho. Quer dizer, isso é público.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso é público se isso se encontra no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então isso não tem segredo. Quer dizer, tu recebestes 20 mil...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, não recebi!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não recebestes?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - A pergunta que foi festa para mim, que eu lembro muito bem, era quanto que eu achava que eu havia ganho trabalhando na área criminal até hoje. Eu falei que não faço idéia. *“Não, faz uma estimativa.”* Aí falei: *“Não faço idéia”*. E aí: *“Faz uma estimativa”*. Aí eu falei: *“Devo ter ganho, até hoje, uns 20 mil reais”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aqui na *Agência Estado* também é público para todo mundo: *“A ordem era matar 5 agentes penitenciários em Presidente Venceslau, 1 em Presidente Bernardes. A cúpula do 1º Comando da Capital queria espalhar o pânico entre os funcionários responsáveis pela guarda dos líderes da facção que estão na penitenciária 2, P2 de Venceslau e no Centro de Readaptação Penitenciária de Bernardes. A revelação foi feita por Valéria Dammous, um dos três advogados presos anteontem”*. Quer dizer, tu fizestes essa revelação.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não fiz essa revelação. A imprensa... Eu tive conhecimento de alguns relatos da imprensa com relação a procedimento disciplinar da OAB. Vi algumas coisas, entendeu? Elas são totalmente divergentes.



É como eu falei para o senhor. O senhor já trabalhou e deve trabalhar com várias degravações de celulares, certo? As degravações virão com um número, virão com o meu nome, virão com data. Então estou tranqüila, totalmente tranqüila.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não consigo saber por que tu admitistes isso antes e agora tu não queres admitir. A minha dúvida é esta. Será que é por causa de outra coisa que saiu na imprensa também? Na *Folha On-line*: “As advogadas Libânia e Valéria foram transferidas nessa sexta-feira da cadeia de Lucélia para outra unidade no interior de São Paulo. De acordo com o coordenador” (...) tal e tal, “a suposta preparava o resgate das duas com o objetivo de eliminar provas judiciais contra os seus integrantes”. Quer dizer, vocês foram já... Foram para outro?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Todo o momento em que nós nos encontramos presas, nós ainda não temos direito a convívio com outras presas e nem nada disso, o senhor entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, eu quero que tu entendas...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não tenho informação nenhuma. E se quiserem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...que entendas a tua situação.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tudo o que tu estás falando aqui não convence a CPI.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Eu só quero dizer que, enquanto tu fores arquivo vivo do crime organizado, o que eles vão tentar fazer. Está escrito aqui. Eles querem eliminar as provas judiciais. E tu és um arquivo vivo. Conseqüentemente, tu és uma prova judicial. O que está escrito aqui é isso.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Em que momento, em que momento eu posso me transformar num arquivo vivo, numa prova judicial?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - No momento em que tu participastes com líderes do PCC; no momento em que tu estivestes em contato com eles. Todo mundo sabe que o Moringa é um. Por mais que tu quisestes passar aqui a idéia de que o Moringa é um coitadinho e tal, todo mundo sabe o contrário. O Macarrão é outro líder. Também todo mundo sabe disso, e tu tinhas esses contatos com eles. Se a gente for ver, compreendeu?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu fui intimada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu chegastes a ter visita com os presos lá e tal. Eu não sei se tu... Então, tudo isso que tu estás falando aqui te mantém num risco muito maior. É esse o problema. Por quê? Porque as provas da escuta telefônica são decisivas.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O que o senhor não entendeu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Elas vão te incriminar. Compreendeu? Eu acho que tu não entendestes é que a tua única saída é colaborar com as autoridades. Não existe outra saída. Isso é o que tu tens que entender.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mas eu estou colaborando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, tu não estás colaborando com a autoridade. Tu estás tentando negar inclusive tudo o que tu falastes, compreendeu? E que não é segredo, está aqui. Estou te mostrando que tudo o que tu falastes está na imprensa. Já está na imprensa. Então, não adianta, compreendeu? E o que tu falastes está sendo confirmado por outras provas: pela prova das escutas, pelos teus contatos com o pessoal lá, pelo que aconteceu com o pessoal lá, pela prova de documentos. Quer dizer, então, não adianta tu tentares montar uma versão diferente, porque a versão verdadeira que tu falastes já está sendo toda ela corroborada por provas diversas do teu testemunho.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a versão falsa só vai te incriminar mais e vai te deixar nas mãos daqueles que não querem o teu bem, daqueles que só quiseram te usar. A verdade é essa. Eles quiseram usar a advogada para passar mensagens para eles. Para ser o porta-voz dos “salves” deles. É isso que eles quiseram. Agora, se tu queres fazer esse papel, que é um papel de muito mais risco, é muito complicado, porque enquanto tu tentas negar



aquilo que já foi publicado, quer dizer, se eles estão com raiva de ti, já estão, porque já está tudo publicado. Não tem como tu resgatares o bem-querer deles.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mas eu não tenho intenção nenhuma. Para mim, não interessa o bem-querer deles. Mesmo que um dia eu viesse a sair inocentada desse processo, eu jamais voltaria a atuar na área de execução penal, jamais voltaria a atuar na área criminal do Direito. Eu não me interesso pelo que eles pensam, o que eles desejam para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Esse teu depoimento é mais uma prova contra eles e contra ti.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Por quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque qualquer pessoa de bem ficaria apavorada de ter uma marca do PCC nela.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Por que eu vou tá marcada para o PCC? É isso que estou tentando explicar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque tu és um arquivo vivo, tu és uma prova judicial contra eles.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não sou. Eu não possuo nenhuma informação. Eu não possuo nenhuma informação que possa interessar para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Como não possui, se os teus arquivos lá são informações. As escutas que tu falastes são informações.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O que tem vai tudo para o processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é. O que tu não estás entendendo é que isso já está liquidado.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu és uma prova judicial viva contra eles, compreendeu?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Infelizmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tu deverias estar associada às autoridades, para as autoridades te darem garantia, e não pensar que eles algum dia vão ficar gostando de ti.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mas eu não necessito que eles gostem de mim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Nem um pouco, nem um pouco. Eu não preciso deles para absolutamente nada, nem para continuar viva ou para morrer. Para mim, é indiferente. Para mim, é indiferente. A minha vida profissional era uma, era uma. Eu trabalhava, as pessoas que eu atendi sabem quais foram as minhas funções. Todo mundo sabe, quem me conhece sabe o que eu sou, o que eu deixo de ser. Então, eu vou aguardar até o final.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu queria fazer uma sugestão, se os Deputados quisessem fazer algumas perguntas objetivas — porque eu acho que não tem vantagem. Ela, publicamente, não vai falar mais nada. Está com receio, apesar que é um receio que não é inteligente.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não estou com receio, eu já falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não é inteligente. Não adianta falar que a gente conhece isso.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu já falei que eu não estou com receio.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ela não vai admitir o receio nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu faço CPI há 20 anos, então, conheço o procedimento de alguém que está com receio e de alguém que não está.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu aparento estar com receio de alguma coisa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aparenta.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu posso estar chorando, eu posso estar nervosa com relação à humilhação a tudo que eu fiz com a minha vida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não, não.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mas não tem absolutamente nada a ver com o processo, porque o processo já está lá, as provas já estão lá e são contundentes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas eu sugiro até que depois a gente transforme a sessão em privada, e tenhamos, então, uma conversa com ela, após ouvirmos a Libânia. Eu coloco em discussão essa possibilidade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O.k.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ninguém mais querendo discuti, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu dou a palavra ainda aos Deputados Neucimar Fraga e Luiz Couto, mas para fazerem perguntas breves.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Srta. Valéria, a senhora conhece o Sr. João Emílio Zola Júnior?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Conheço.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - O que a senhora...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ele é o Presidente da OAB, da Associação...

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - É um bom advogado?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não conheço o serviço dele como advogado.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Mas para ser o Presidente, no mínimo, tem que ter algumas qualificações, quem sabe até melhor do que outros advogados.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Com certeza, com certeza.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, parte do princípio de que ele tem algumas prerrogativas que lhe permitiram presidir subseção da Ordem dos Advogados dos Advogados do Brasil, correto?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Correto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Sr. João Emílio esteve presente no seu depoimento.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim, esteve.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Acompanhou todo o depoimento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Acompanhou, ficou do meu lado. Inclusive, ele até comentou que, no momento, a minha prisão estava sendo pelo art. 288, do Código Penal. Ele pegou e falou assim: "*O que é que é?*" Ele é um advogado militante muito benquisto, um ótimo profissional, mas não atua nessa área.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A senhora acha que ele é um advogado relapso?



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - De maneira alguma. Ele somente não está, não está atualizado na área criminal.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Competente ele é?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Extremamente.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Estava preparado para acompanhar a senhora num depoimento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim, deu toda a atenção que eu poderia....

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Esteve presente o tempo todo como um bom advogado?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, ele acompanhou todo o depoimento da senhora, como advogado representante da Ordem, competente...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - A senhora entende que ele não é advogado relapso. Com certeza, prestou atenção em tudo que foi falado, correto?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Correto.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Posteriormente ao depoimento, a senhora assinou o depoimento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - E ele também assinou?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, a senhora há de convir que, mesmo que a senhora...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ele perguntou para mim: *"Está tudo certo? A senhora pode assinar?"* Eu falei: *"Está tudo certo. Já assinei."* E dei para ele assinar.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Então, como que a senhora nega o depoimento agora, então?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso é uma situação que eu vou responder perante o Poder Judiciário.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Porque a senhora acabou de confirmar para nós que ele perguntou: *"Está tudo certo?"* A senhora falou: *"Está tudo certo? Pode assinar."* A senhora assinou, ele assinou.



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, se a senhora disse que está tudo certo, ele assinou, a senhora assinou, não tem por que a senhora dizer agora que o depoimento que a senhora prestou não é o que está transcrito aqui nessas folhas.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu já estava presa há 10 horas — torno a repetir — eu já estava presa há 10 horas, queria imediatamente ser transferida para onde quer que eu fosse, para poder descansar e poder pensar em tudo que estava acontecendo. Eu, como advogada, desde o início, já falei que, para mim, pouco me importava o que estava ali naquelas declarações, porque o ponto mais...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas não era o que estava ali, veja só, não é o que estava ali, é o que foi falado.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não li, eu não li, não pedi para ele ler e autorizei-o a assinar falando que estava tudo certo. Foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque o que está ali é uma coisa, o que foi falado é outra. E nós partimos do princípio do que está aqui e o que foi declarado. E a senhora mesma confirmou que o advogado que a acompanhou, o Presidente da OAB, é um advogado competente, não é relapso, estava preparado para acompanhar um depoimento. E que, após as declarações feitas pela depoente, perguntou se estavam corretas as afirmações ali transcritas e foi confirmado. Então, a senhora assinou, e, posteriormente... Primeiro, a senhora assinou, depois, o advogado João Emílio Zola Júnior, da OAB, Presidente da Subseção da Ordem, assinou. Então, nós partimos do princípio que o que foi falado é... O que está escrito é a ínterim do que foi falado. Entendemos até a preocupação e o receio de reafirmar o depoimento para a imprensa. Mas nós não temos dúvidas: o que está transcrito foi o que foi prestado como declaração pelo advogado.

A senhora afirmou também que, caso as 2 advogadas fossem peças importantes para a organização, vocês poderiam ter sido resgatadas pela facção. Confirma isso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. O que eu falei aqui é que se realmente eu fosse tão importante, tivesse tido toda essa importância que vocês estão me dando, provavelmente a facção, ou qualquer outra pessoa, ou já teria nos resgatado



ou nos matado. Só que eu estou falando por mim. Eu sei o que eu sei. Eu sei as provas que foram apreendidas comigo, e é com relação a mim que eu estou prestando essas declarações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora está presa onde hoje?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu estou presa na Penitenciária Feminina de Ribeirão Preto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É uma penitenciária segura?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Segura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora, quando foi presa, ficou presa, ficou presa até dia 14 na cadeia de...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Lucélia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Lá é uma penitenciária segura?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não saía nem da cela. Provavelmente, deve ser.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois é. Então, aqui confirma mais uma vez, porque no dia 14 a senhora foi transferida da "cadeia de papel"...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Hum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...porque, segundo o Coordenador das Unidades Prisionais da Região Oeste, Sr. José Reinaldo da Silva...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Hum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...*"investigações realizadas pela Polícia Civil concluíram que a facção criminosa preparava o resgate das duas advogadas, com objetivo de eliminar provas judiciais contra os integrantes da facção."*

Então, aqui publicada a matéria que temos aqui, do dia 15 de julho. Segundo o Sr. José Reinaldo, no dia 14, as duas advogadas foram transferidas da Cadeia de Lucélia, que é uma "cadeia de papel", para uma penitenciária segura, porque havia indícios, segundo investigação da Polícia, de um resgate das 2 advogadas.



Então, havia a preocupação, sim, havia o interesse, sim, das facções criminosas de eliminar provas judiciais contra seus integrantes, e havia o esquema para um resgate naquela cadeia. Por isso, no dia 14 de julho, as 2 advogadas foram transferidas, então, para uma penitenciária segura, e foram retiradas da cadeia feminina de Lucélia, que fica a 586 quilômetros de São Paulo.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Bom, vocês tiveram acesso a todo esse tipo de informação. Eu não sei se existe realmente essa intenção de me matar ou não, entendeu? Mas eu creio que se realmente existisse qualquer intenção, se eu tivesse realmente toda essa importância, eu creio que isso já teria ocorrido, independente de transferência de cadeia segura, “cadeia de papel”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora conhece algum outro advogado que já sofreu uma ação assim, que foi morto por queima de arquivo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não conhece?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acredita que existe hoje muitos advogados na mesma situação que a senhora?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Creio que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sob influência das facções criminosas, sofrendo pressão?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu nunca sofri influência, nem pressão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acredita que existe... possam existir outros advogados que estejam sofrendo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ninguém permite que façam com ele aquilo que ele não deseja. Esse é o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se a senhora hoje pudesse voltar atrás, a senhora continuaria na mesma linha de trabalho, defendendo membros de facções como essa?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Hoje, se eu tivesse que continuar a trabalhar nessa área, eu incluiria, dentre as perguntas que eu faço para todos os meus clientes, se ele fazia parte de alguma facção criminosa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a senhora... Qual a sugestão, como advogada, já que a senhora disse que a vida da senhora acabou como advogada — os prejuízos são enormes na vida pessoal, na vida familiar —, qual a sugestão que a senhora daria hoje para um advogado que estivesse iniciando a carreira, principalmente na região de Presidente Prudente, como a senhora falou, que tem poucas indústrias, mas a indústria do crime lá é muito grande, a indústria do crime é muito grande? Qual a sugestão, que sugestão daria? Vamos partir do princípio que a vida da senhora acabou mesmo como advogada e que agora...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - A sugestão que eu daria não era só para outro advogado, não. A sugestão que eu daria é a mesma que eu sempre falei em todas as penitenciárias. Eu sempre falei que eu não me importava que eu passasse por revista, não só de raio X, não me importaria em passar pela revista, tirar a roupa e entrar para ver que eu não estava levando celular, e que acabasse... Infelizmente, nós estamos vivendo numa situação atípica, na qual a nossa Constituição passou a ter que ser desrespeitada para garantir outros princípios maiores. Então, que todos os atendimentos com advogados fossem feitos na frente de presença de agentes. Somente isso que eu posso dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. Com a palavra o nobre Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dona Valéria, a senhora terminou seu curso em 2001 e, em 2004, a senhora começa a atender um cliente conhecido como Moringa. É isso mesmo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não foi o meu primeiro cliente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, quem foi o primeiro cliente lá no presídio que a senhora atendeu?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ah, na penitenciária... Em Marília?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Foi ele mais outras pessoas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Foi ele. Certo. Qual a relação da senhora com o Seu Eduardo Diamante?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não o conheço. Conheci, vi, conversei com ele, acho que 5 minutos, na porta da penitenciária, porque ele estava realmente indo



assumir um caso no qual eu havia sido dispensada, que foi aquele caso que eu falei lá no início que não tinha ficado mais para mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, ele aqui afirmou que a conheceu na porta do presídio.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Na porta do presídio.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Inclusive houve um substabelecimento de uma procuração...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mas não foi exatamente isso que eu falei aqui desde o início?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá bom. Quem indicava para a senhora esses presos, para a senhora fazer o atendimento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Na maior parte das vezes, familiares ou um preso que eu ia atender em uma penitenciária falava assim: *"Ah, tem uma pessoa que está aqui, que tem uma situação assim, vou te passar o nome, a matrícula..."*

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora disse que nunca pagou Imposto de Renda...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca declarou.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas, uma movimentação de 33 mil numa conta só, não é suficiente já para pagamento de Imposto de Renda?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Mas em que conta que passou 33 mil?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma conta da senhora.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Uma conta minha?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, Valéria...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Quando foi que passou?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora pode... Está na quebra do que a senhora autorizou.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Se for numa conta minha do BANESPA, eu acredito que tenha passado, e esse dinheiro foi declarado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E tem outra de 17 mil. Também é onde... Uma, foi no Banco, no BANESPA.



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - BANESPA. Foi o que eu falei: que o meu irmão estava pagando um empréstimo que eu fiz para mim. Meu irmão que fazia esses depósitos para mim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Então, a senhora, no caso, mesmo autorizando, quer dizer, há espaço em que a senhora teve uma participação nas contas que já era suficiente para declaração de Imposto de Renda. Então, mais uma situação que a senhora vai ter que responder à Receita Federal...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Com certeza, com certeza, responderei.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...de um crime de sonegação.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Certo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto o seguinte: a senhora disse o seguinte: que, enquanto a senhora ia atender o cliente, lá dentro vários presos telefonavam para a senhora. Passaram a telefonar, ou seja, de dentro dos presídios, e depois começaram a reclamar de que a senhora não estava dando uma atenção e cobraram uma atitude mais decisiva por parte da senhora. Isso é declaração que a senhora fez. O que aconteceu?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O que acontece... Eu fazia alguns atendimentos, algumas pessoas ficavam com o meu telefone e acabavam telefonando, entendeu? Mas isso acontece não só na área criminal, como em toda área. A partir do momento em que um cliente contrata um advogado, ele acha que o problema dele vai ser solucionado por questão de dias. Então, tinha cliente que ligava, reclamava: *"Ah, você não conseguiu meu benefício ainda, está demorando muito, não tem sentença, o que acontece?"* Era esse tipo de reclamação. Mas essa reclamação não era pertinente somente da área de execução penal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Que documento é esse de uma sindicância que a senhora foi... teve um comando para que a senhora entregasse esse depoimento a várias pessoas.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, eu não tive um comando em uma situação. É de praxe, quando se trabalha nessa área de sindicância e tudo, levar para os clientes. E não é só nessa área, em todas as áreas os clientes querem ler o que foi que você fez, o que foi que você escreveu, entendeu? Então, assim que terminava a sindicância, que tinha o relatório da Secretaria da Administração



Penitenciária e a sentença, normalmente eu tirava uma cópia e levava para todos os meus clientes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas aquele relatório que detalhava as circunstâncias de homicídio que acontecera em Marília?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Hã...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Onde a senhora recebeu um comando que essa cópia deveria ser entregue para Moringa.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ah, sim. Pediram, já que eu tinha que levar, que bastasse, que levasse uma cópia só...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a senhora entregou ao Moringa?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - ...e que eu levei. Quem é que você vai atender? Eu tinha que atendê-lo, porque era uma situação de um processo dele, e passei a entregar para ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Por que, no início, o dinheiro que a senhora... que pagavam para a senhora não era depositado na sua conta, mas era depositado na conta de um outro advogado?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Porque foram situações que tanto eu quanto ele trabalhamos juntos. O senhor entendeu? E a minha conta do BANESPA era uma conta que eu já não estava movimentando mais há muito tempo. A minha conta do Banco Real eu também não estava movimentando mais. Eu só mantinha porque tinha alguns cheques devolvidos meus que eu tinha que resolver essa situação com esses bancos, para poder limpar o nome. A minha conta da Nossa Caixa é uma conta salário, que serve para eu receber o dinheiro do convênio. Então, o dinheiro passou para ele.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Aqui, todos os advogados que estiveram, declararam que, além do que o advogado ou advogada recebe pelo serviço que ela faz, por cada visita também os advogados recebem por essa visita.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Se tiver que atender alguém que está numa penitenciária distante, aí você recebe, você cobra do cliente a despesa de viagem. Sempre que eu faço um contrato os meus honorários são tanto, despesa de viagem, xerox, cópias etc., qualquer outra situação diferente da defesa é por fora. Então, recebia o dinheiro da despesa de viagem.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Dinheiro em espécie?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Era depositado na minha conta, sempre depositado na minha conta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque na prestação de conta do PCC está lá: pagamento de visita de advogados. Ou seja, era um dinheiro que era dado em espécie que não constava na conta, porque aí, ou seja, quem requeria, ou seja, indicar, aí a relação estava muito próxima de alguém que recebia pela visita. E era pago não pela pessoa, mas era pago pela instituição PCC.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, eu sempre recebi de todos os meus clientes, em qualquer tipo de causa, despesa de viagem. Eu vejo quanto é que eu vou cobrar pela viagem. É óbvio que não é só aquele valor de combustível, pedágio, porque o meu escritório fica fechado, eu tenho desgaste do automóvel e tudo. Então, é cobrada uma taxa. Vai fazer um atendimento em tal penitenciária, é tanto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quem é Leonardo da Silva Fernandes?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Foi um cliente meu.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse Leonardo tinha diversos nomes. Ele era conhecido por Leo, por Igor, por Túlio. É o mesmo que a senhora teve um relacionamento com ele?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Que eu tive um relacionamento com ele?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É esse mesmo? Certo. Esse Leonardo parece ser uma figura importante, porque, pela informação que a senhora deu, no seu depoimento, ele era o chefe da área jurídica do PCC.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu já expliquei que ele não possui essa capacidade. E até seria estranho se, como o senhor acabou de falar, eu possuía um relacionamento com ele, como se eu tinha um relacionamento com ele eu vou chegar e vou fazer uma acusação contra ele? Não, isso não procede.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele está preso, o Leonardo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Está.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas no depoimento a senhora disse isso aqui.



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, eu não disse.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Está preso onde o Leonardo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O Leonardo está em Araraquara. Não é?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além de Presidente Bernardes, a senhora atendia que outros presídios?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu atendia a penitenciária de...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Lavínia?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Nunca fui em Lavínia. Nunca atendi em Lavínia. Atendi já em Pacaembu; já atendi em Bernardes I, Bernardes CRP; já atendi na P1 de Presidente Venceslau; na P2 de Presidente Venceslau; já atendi em Getulina; atendi uma vez em Mirandópolis; atendi uma vez em Lucélia. O que mais? Getulina, eu já falei. Marília.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Presidente Venceslau também?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Presidente Venceslau eu já falei. Atendi em Assis também, já atendi. Eu creio que as penitenciárias que eu atendi foram...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse relacionamento que a senhora teve com Leonardo foi quando ele estava preso ou isso foi antes de ele ser preso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, foi quando ele estava preso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma outra coisa que eu queria saber: aquele telefone que deveria ser entregue lá para alguém que estava em Marília, que deveria ser colocado no Correio, um telefone que deveria ser colocado no Correio para chegar para um preso que estaria lá em Marília.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Telefone para chegar para um preso?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. A senhora, em seu depoimento, fala desse telefone.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Foi perguntado para mim que eu coloquei um celular no Correio, entendeu?, e eu falei que eu havia realmente colocado um celular no Correio, que esse celular não foi colocado para cadeia nenhuma, não foi endereçado para cadeia nenhuma, e que eu não lembrava direito para que cidade que havia sido remetido e que isso devia estar no papel do Sedex que estava dentro da minha agenda.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Olha aqui: “(...) *Moringa encomendou-lhe um celular, dizendo que ‘alguém’ iria lhe entregar um celular usado e que deveria ser colocado no Correio dirigido a uma mulher em Marília*”. Ou seja, o comando foi de Moringa, que, pela informação que se tem, não é tão pobre, não. Moringa tem uma posição muito bem definida na organização. Essa mulher de Marília... A senhora colocou no Correio. A senhora pode indicar o nome dessa mulher?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não me recordo. Isso já fazia um bom tempo. Essa informação, eles pegaram um comprovante, tanto é que — para mim, eu não estava fazendo nada errado — o comprovante se encontrava ali junto com os meus pertences.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Padre Couto, me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Valéria, quanto tempo de relacionamento você teve com o Leonardo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Nem 30 dias? Uns 30, 60 dias, nem isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Após o relacionamento, você manteve boa relação de amizade com ele?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim, boa relação de amizade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que ele está preso, o Leonardo? Qual é o artigo dele?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Acho que é 157.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Valter Calado? Quem é Valter Calado?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Valter Calado? Foi um cliente meu, que pegaram uma procuração dele junto da minha pasta.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ele estava preso em Martinópolis. É isso mesmo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pela informação que a senhora diz aqui, ele era responsável por arrecadar dinheiro de presos e entregar a um agente penitenciário que permitia a entrada de celular e de outras coisas.



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Olha, realmente, eu já não estou entendendo mais nada do que consta nessas declarações, porque perguntaram para mim quem era Valter Calado, porque tinha uma procuração dele ali nas minhas coisas. Eu falei que fui contratada por ele porque ele foi acusado, como ele trabalhava extramuro, de levar celulares para dentro das penitenciárias. Ele quis me contratar para trabalhar numa sindicância, e a acusação dele era realmente essa: de que ele trabalhava no extramuro e ali ele teria algum esquema que pegaria o celular e levaria para dentro da penitenciária.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora faz questão de dizer, no depoimento, que ele não era “irmão”. O que é “irmão”, na linguagem dos presos? A senhora disse: *“Valter não é ‘irmão’, mas recebe droga como pagamento do PCC”*. Ou seja, ele não era membro do PCC, mas recebia droga como pagamento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Se ele não era membro do PCC e recebia...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora diz: *“Ele não é irmão, mas recebe droga como pagamento do PCC”*.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O único contato que eu tive com esse Valter foi durante 2 vezes e nunca recebi o dinheiro dele. Ele falava que o irmão dele ia mandar dinheiro para mim. Foram essas as declarações. Eu creio que está tendo alguma divergência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Uma última pergunta e eu passo depois para o Deputado Paulo Pimenta. No depoimento que a senhora dá, Dona Valéria, quando a senhora vai definindo a organização do PCC, que é perguntado se a senhora conhece, a senhora respondeu: *“O primeiro é o Marcola, depois o Marcolinha (preso em Araraquara), Laio que esteve preso em Getulina, o Calaca ou Macarrão, o Vietnã, o Colorido, o Capoeira e o Dentinho”*. Ou seja, na realidade, a senhora conhecia muita gente dessa organização. Essas pessoas todas, a senhora deu atendimento como advogada...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ...ou a senhora conheceu a partir das conversas?



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, eu não dei atendimento para todas essas pessoas, inclusive a maior parte dessas pessoas que o senhor está citando aí eu nunca atendi. Entendeu? Perguntaram para mim se eu já tinha ouvido falar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E o “salve” que a senhora recebeu de Moringa, que deveria passar para Magrelo, que estava em Flórida Paulista?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O que tem?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Que esse “salve” era que Moringa passava para Magrelo, que determinava que seria para matar 5 agentes penitenciários, qualquer um, sem identificação. Teria de fazer isso aí. A senhora recebeu esse comando, esse “salve” do Moringa, para esse Magrelo que estava preso em Flórida Paulista?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Foi encontrado um papel amassado, lá no meu escritório...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Espera aí. Pronto, eu passo agora para o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora começou a trabalhar com a questão do crime há cerca de 1 ano e pouco atrás?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Perfeito.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Através daquele caso que envolve o Moringa e outras pessoas?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Até então a senhora não convivia, digamos assim, como esse dia-a-dia da cadeia, da penitenciária, da execução criminal?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora já conhecia o Leonardo nessa época?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que a senhora conheceu o Leonardo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Através de um pedido de atendimento.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Através de um pedido de atendimento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Familiar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí a senhora foi até o presídio de Araraquara...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato. Exato, porque eu fazia várias pesquisas. Eu pretendia me especializar realmente nessa área de sindicância, entendeu?, que era...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O Moringa conhecia o Leonardo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não sei. Creio que não, creio que não, mesmo porque são bem distantes as penitenciárias. É que toda sindicância que eu pegava...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que idade tem o Leonardo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu atendia muitas pessoas. Então, no meio, uma vai indicando para outra.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que idade tem o Leonardo?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Acho que 21 anos.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que consegue estabelecer um relacionamento de uma advogada... Pode, legalmente, uma advogada passar a ter uma relação com preso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - A minha vida pessoal não tem nada a ver com a minha profissional.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O preso para receber autorização, ele não tem de ter uma relação estável com a pessoa?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sim.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E a senhora tinha uma relação estável com o preso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Nos comunicávamos via correspondência, mas nem deu certo. Eu não sei porque o senhor está falando nisso. Eu entendo a



importância desta CPI, mas eu acho que, em certos momentos, vocês acabam desvirtuando a real importância dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Posso falar, Relator?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora sabia que o Leonardo era do PCC?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora acha que o fato de a senhora ser uma advogada, estabelecer um relacionamento com um preso que está preso por assalto, que é membro do PCC, e a senhora ter sido presa, acusada de envolvimento com o PCC, não tem nenhuma relevância?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não sabia que ele era do PCC e vou ter como comprovar que eu não era advogada exclusiva do PCC, que eu trabalhava atuando como garantia constitucional de defesa de qualquer pessoa...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que época que a senhora teve esse relacionamento?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - ...que está tendo alguma acusação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Que época foi isso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O ano passado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Bem quando a senhora começou a trabalhar no crime.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Pode ser que coincida.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E não foi através do Leonardo que a senhora passou a estabelecer uma relação com o PCC?

SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Relator, me permita. Deixa eu explicar, até para todo mundo poder entender: nós ouvimos uma advogada. Nós temos que mostrar aqui as técnicas que essa organização criminosa, e volto a dizer que é a maior organização criminosa de tráfico de armas, usa para recrutar vocês, advogados. A mesma coisa que aconteceu com a senhora aconteceu com a outra advogada. Ela foi seduzida por um preso. Esse preso teve um relacionamento com ela e, a partir daí, ela começou a trabalhar para o PCC. A senhora, a mesma coisa: começou a trabalhar no crime, conseqüentemente com o pessoal do PCC, após ter



esse relacionamento com o Leonardo, que era um membro do PCC. E outro detalhe: também disse que o PCC queria pagar com entorpecente e, coincidentemente, foi pego entorpecente na sua casa. Quer dizer, veja como vai batendo o *modus operandi*. Isso para nós é o mais importante que tem.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O senhor me desculpe, mas entorpecente, na minha casa, está claramente especificado que pertencia a minha filha, que fumava maconha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ela foi presa em flagrante por causa disso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Cem gramas de maconha. Eu acho que o PCC não ia se dar ao trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ela foi presa em flagrante por causa disso?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Ela foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi presa em flagrante?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Foi. Ela assinou um 16. Cem gramas não é tráfico. O PCC não ia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Acima de 100 gramas é considerado tráfico.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O 16 é usuário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu sei, mas acima de 100 gramas é considerado tráfico, porque 116 gramas. Eu fui delegado de entorpecente durante 4 anos. Compreendeu, 116 gramas...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Então, com certeza, eu era uma advogada bem barrela, porque eu trabalhava por cem gramas de maconha. Cem gramas de maconha não deve custar nem 20 reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cento e dezesseis gramas de maconha dá para fazer uns 80 baseados. Dá para fazer uns 80 baseados.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu não sei. Eu não fumo maconha e nunca conversei com maconheiro a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois é. É para a senhora saber. Só estou lhe dizendo que o *modus operandi* é o mesmo.



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sr. Deputado, enquanto o senhor conversa comigo, que o senhor pede para eu ajudar a esclarecer uma coisa que eu acho que é séria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas já está esclarecido. Eu acho que não precisa.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - ...eu estou colaborando. Agora, o fato se minha filha é viciada ou não, quanto, quanto isso não tem, não tem relação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não sei se a sua filha é viciada, só se tiver um exame toxicológico.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não tem relação. A minha filha não está sendo autuada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só se tiver um exame toxicológico para saber se ela é viciada ou não. Eu espero que as autoridades tenham feito esse exame toxicológico.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Foi feito tudo nos conformes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque, se não foram feitos, pode muito bem a senhora está largando a culpa no vício, como se fosse um vício dela, e a senhora ter escondido a droga dentro da sua casa.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exatamente. Com 100 gramas de maconha eu pretendia fugir para Europa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Cem gramas de maconha poderia ser o resto que sobrou de um tijolo de um quilo e meio.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - O senhor me desculpe. Eu estou aqui colaborando com o senhor — é uma coisa séria —, e o senhor vai querer discutir comigo por causa de 100 gramas de maconha que não custa nem 20 reais. O que que isso tem ligação com o crime?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. A ligação é que o PCC paga advogados com droga também. Essa é a ligação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu acho que é bom quando a doutora fica mais espontânea. Ela começa a falar na gíria do PCC: barrenta, cadeia de papel. Esse palavreado típico da gíria da bandidagem.



A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu acho que eu tenho de colaborar com o espetáculo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está certo.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Parou de ser uma coisa séria e virou teatro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora, é bom que a senhora fique brava, a senhora fica mais espontânea, a senhora fica mais espontânea. Aí pode ser que a senhora fale a verdade.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu estou falando a verdade até o presente momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que estamos falando com a senhora com a educação que merece. Estamos conjecturando em cima de fatos que aconteceram. Eu peço que a senhora também possa responder com a mesma educação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente...

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Desde que seja atinente ao caso. A minha filha não está sendo discutida aqui. Ninguém aqui tem o direito de utilizar o nome da minha filha. A minha família está fora disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, quem utilizou a sua filha foi a senhora, não fomos nós.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não, não foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi. A senhora que colocou. Para nós, pode muito bem esta maconha não ter sido dela. Pode ter sido de outra pessoa ou da senhora mesmo. Quem colocou sua filha nessa história foi a senhora.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Exato.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, a Dra. Valéria, ela... a interceptação da investigação dela — não sei se o senhor tem conhecimento disso, Presidente — captou ela, inclusive, num diálogo com o criminoso Anderson de Jesus Parro, o Moringa, onde ela relata a situação em que se encontravam vários presídios e sugere, ela, Dra. Valéria, recomenda ao PCC a destruição das penitenciárias federais em construção, recebendo a informação de que essa ordem já havia sido determinada pela liderança da facção. Ela, Sr. Presidente, ela leva a um dos líderes do PCC a idéia, a proposta de que a organização determina a destruição dos



presídios federais em construção. Assim como é ela, Sr. Presidente, e as interceptações são incontestes, que se dirigiu às outras penitenciárias levando a ordem do Moringa para o Macarrão e para outros presos. Então, nós não estamos aqui tratando de uma situação qualquer; nós estamos diante de uma pessoa que tem participação direta no assassinato de várias pessoas, fruto da sua ação.

Eu quero entender mais essa história desse Leonardo aqui, porque eu acho que, talvez, esteja aqui o início do envolvimento dela com o PCC, Sr. Presidente. Então, ela diz aqui: *“Leonardo da Silva Fernandes, que também usa os nomes de Leo, Igor e Túlio”* — ficamos sabendo agora que é um jovem de 21 anos, preso por assalto. *“A declarante (...) já tinha consciência de que estava trabalhando para o PCC.”* *“Por esse acompanhamento, o PCC me pagou 1.500 reais, que foram depositados na conta do pai do Tiago Rocha da Silva”.* *“O depósito foi providenciado por Leonardo.”* Então, vejo que foi o Leonardo que... *“A declarante percebeu que ganhava mais dinheiro trabalhando para o PCC do que exercendo as suas funções de advogada, em especial como integrante da assistência judiciária; Leonardo era o chefe da área jurídica do PCC e ligava para a declarante indicando as pessoas que deveriam receber a entrevista da declarante.”* *“O dinheiro era depositado sempre às quintas-feiras, a mando de Leonardo, na conta do pai de Tiago.”* Veja que está tudo documentado, Sr. Presidente. Numa conta do BRADESCO, *“estima ter auferido cerca de 20 mil reais pelos serviços prestados ao PCC, (...) entre agosto e setembro de 2005”.* Mas veja aqui que interessante, Sr. Presidente: *“A declarante recebeu o comando de Leonardo (...) para deslocar-se a São Paulo a fim de conhecer”* — quem? — *“a Nova Ordem”.* Foi o Leonardo que determinou a ela que fosse conhecer a Nova Ordem. *“Obteve os documentos que foram entregues posteriormente para Leonardo”,* juntamente com Fabrício, Regis, todos presos em Araraquara. *“O Presidente da Nova Ordem chama-se Ivan Raimundi, que esteve preso em Avaré.”* *Leonardo pediu para que a declarante fosse transmitir todas as informações da Nova Ordem para ‘Macarrão’, que é aonde ela foi depois. ‘Leonardo queria obter de ‘Macarrão’ um ‘salve’; esse foi digitado em seu computador, que foi apreendido nesta data’.* No seu computador tem digitado um ‘salve’?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - No meu computador, digitado um ‘salve’? Não sei. O meu computador está na perícia, eu não sei o que tem no computador.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora, a senhora disse aqui o seguinte: que, no seu computador, foi digitado um 'salve'.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Sr. Deputado, eu não vou tornar a repetir que a maior parte que se encontra aí...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas o que eu pergunto é o seguinte: tem, no seu computador, digitado um 'salve'?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não tem! Não tem. Não tem nenhum 'salve' digitado no meu computador. O meu computador tem petição, tem meus *e-mails*, tem minhas músicas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *"E encontra-se num arquivo, que foi aberto durante a busca e apreensão, sendo que o 'salve' foi assinado por 'Zidani'".* Existe um 'salve' assinado por Zidani, que foi aberto na busca e apreensão, como arquivo no seu computador, Doutora?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Que eu saiba, não. Não conheço nenhum Zidani, nunca atendi nenhum Zidani na minha vida.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora declarou isso aqui, Doutora, ou não?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Se eu declarei?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Perguntaram para mim se eu mandava 'salve', se eu digitava 'salve'.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E aí?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Eu falei que não! Como que eu vou ficar digitando 'salve'? Doutor, pelo amor de Deus! Vocês estão falando que eu tenho altos envolvimento, que eu sou uma pessoa importante. Será que eu seria tão burra ao ponto de digitar um 'salve' e deixar ele no meu computador?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A sensação de impunidade leva as pessoas a isso.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Não. Um advogado criminalista ele não trabalha com a sensação de impunidade, porque, normalmente, ele trabalha com as pessoas que estão sendo devidamente punidas.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se a senhora soubesse que a senhora estava sendo monitorada, a senhora não teria conversado, dentro da penitenciária, com o Macarrão e com o Moringa e não teria recomendado a eles que destruíssem as penitenciárias federais, conforme foi captado pela interceptação?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Nossa, mas eu sou bem mais perigosa do que vocês estão mostrando aqui. Agora, sou eu que dou as ordens, eu, nem eles pensam, sou eu que mando destruir.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora, a senhora é pombo-correio, a senhora transmitiu as informações e as degravações são incontestes. Então, na nossa opinião, a senhora é uma pessoa que tem participação direta nos assassinatos que ocorreram na chamada “segunda leva” em que mataram aqueles 11 agentes penitenciários, em que mataram pessoas inocentes. E as interceptações autorizadas judicialmente são incontestes da sua participação, da forma como a senhora se incrimina e tem responsabilidade nesses crimes. Essa é a minha opinião como Relator.

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Respeito a opinião do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na sua casa, quem morava com a senhora lá?

A SRA. VALÉRIA DAMMOUS - Minha filha, meu filho, o namorado da minha filha, uma amiga minha e um tio meu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá bom, isso é o que eu queria saber. A senhora está dispensada até a reunião privada, depois. Muito obrigado.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pode trazer a Libânia, pode trazer.

(Dá entrada na sala de reunião a Sra. Libânia Catarina Fernandes Costa.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pode tirar a algema dela.
(Pausa.) Pode sentar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não é reservado, é que eu não me sinto à vontade com a imprensa.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, tá bom.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu acho que eles estão distorcendo muito as coisas...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas é uma oportunidade também que tu tens de declarar...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas é que ela quer reservada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Então, tudo bem. Eu acho que está... Eu não tive direito nem de resposta. Estão inventando muitas mentiras..

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É uma oportunidade que tu tens de falar. É uma oportunidade que tu tens de falar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, pode ser. Tudo bem, então. Eu só gostaria de saber uma coisa: eu pedi ontem, nós fomos com a Polícia Federal, eu pedi a presença do meu advogado, pelo menos que eu falasse com ele. Ele é o Dr. Eugênio Carlos Balliano Malavasi, e não me permitiram que eu falasse com ele, certo?, e tem muita coisa que está sendo divulgada aqui que não é verdade, com relação ao dia da minha prisão. *(Choro.)* Então, eu só gostaria de ter falado com o meu advogado não é em questão, assim, de ter nenhum tipo de conversa com ele, nada. Eu só não gostaria que tivesse abuso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas ele está aqui, esse advogado? Ele está aqui?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas ninguém me deixou avisar, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tem o telefone dele? Tu tens o telefone dele?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Tenho, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quer falar com ele?



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu gostaria que ele pudesse ficar presente no meu depoimento. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vamos disponibilizar um telefone para que ela possa...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu gostaria que ele estivesse presente no meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tu disse que gostaria de falar com ele. Então...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Eu não gostaria de falar com... Eu disse ao contrário, senhor. Não é que eu queria... gostaria de ter uma conversa com ele. Eu gostaria de tê-lo presente no meu depoimento, para não, para não ter chance de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe eu te dizer, Libânia. Olha..

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu estou assustada...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...o interesse...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...porque não é real o que está sendo divulgado a meu respeito. (*Choro.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu te explicar. Essa tua audiência está marcada há bastante tempo, aqui, na CPI.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Foi marcada para o dia 24, aí, foi avisado, aí, foi desmarcado... (*Choro.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Inclusive saiu na imprensa do Brasil todo a tua audiência.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se ele quisesse estar aqui, não tem problema nenhum, ele estaria aqui. Não teria...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É porque foi divulgado no jornal, hoje de manhã, senhor. Ontem à noite, quando eu estava na Polícia Federal, eu pedi e ninguém o avisou. Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não teria problema. Também, já são quase 5 horas da tarde. Se quisesse, não tinha problema nenhum.



Até, se ele é de São Paulo, ele podia ter pego um avião e estaria aqui tranquilamente. Agora, a presença dele, se ele não é daqui, é um negócio complicado, porque a CPI não vai poder ficar esperando a presença dele.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Agora, se tu quiseses falar com ele por telefone...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não se faz necessário. Vamos direto ao assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se quiser, nós liberamos um telefone para tu falares com ele por telefone.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Então, vamos, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, para tu poderes...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Pois não.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis..)

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, tudo bem, doutor.
(Choro.)

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não sei meu CPF de cor, senhor. *(Choro.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, o que eu gostaria... Nós temos aqui um telefone... De qualquer forma, eu recebo a informação de que houve a solicitação de um advogado com uma procuração da Libânia que gostaria de falar com ela. Eu peço à Secretaria que, antes de começarmos, esse advogado possa falar com ela.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu só quero que ele, então, tenha ciência de que eu estou aqui. Eu gostaria da presença dele, não é nem de falar com ele. Mas, então, só...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Libânia, deixa eu te explicar só uma coisa. Até a gente pode pedir para alguém da OAB vir, mas não vai fazer diferença nenhuma, porque...



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Porque, no dia da minha prisão, não teve ninguém da OAB para mim; teve para os outros 2 advogados. Para mim, não teve, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque hoje...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não sei por quê. Para mim, não teve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...tu estás com toda a imprensa do País vendo. Quer dizer, só se tu sofresse algum tipo de coação, coisa assim, entendeu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - De coação. É, não, então, tudo bem. Eu acho que o que o senhor está falando procede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E eu acho que, na frente de toda a imprensa, não teria como ter esse tipo de coação. (*Risos.*) Compreendeu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Algum abuso. Está certo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós recebemos um *fax* do Dr. Patrick Cardoso...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...onde ele envia anexa uma procuração onde a senhora o constitui como seu advogado...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...e envia também um número de telefone para contato.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ele é do escritório do Dr. Eugênio Malavasi.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito. Dr. Eugênio Carlos Balliano Malavasi.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Balliano Malavasi.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, veja bem. Ele tem conhecimento de que a senhora está aqui, certo?



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Então, está bom.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tanto é que ele nos enviou um *fax*...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É só essa a minha tranquilidade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...oferece um *e-mail* e um telefone de contato, e essas informações estão à sua disposição. Se, em qualquer momento, a senhora desejar falar com ele, está-lhe assegurado esse direito. Está bom?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Obrigada.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora quer falar com ele, doutora?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, tudo bem. Eu acho que o doutor conseguiu esclarecer que, diante das circunstâncias, alguma coação, hoje, é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, eu só quero dizer que está à disposição da senhora. Se a senhora quiser falar com ele, não tem problema nenhum. Eu só quero dizer isso, para ficar bem claro, para não ter nenhuma dúvida sobre isso. Inclusive, se o doutor quiser mandar também um representante dele, aqui de Brasília, também está livre para fazê-lo. Bom, as acusações contra a senhora a senhora já sabe, não é?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu já recebi a denúncia, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, a senhora tem um tempo para falar sobre essas acusações.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O que... O senhor poderia ser um pouquinho mais específico do que o senhor desejaria saber? Na verdade, o que eu tenho a dizer é que não... Eu tive... eu tive acesso à denúncia, que foi que chegou uma cópia para mim na penitenciária, na cadeia pública em que eu estava — agora eu já estou numa penitenciária —, e eu desconheço os fatos que estão na denúncia. Eu trabalho como advogada, simplesmente como advogada. Eu



sequer sei quem são as pessoas que fazem parte dessa facção. Então, eu desconheço o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aqui fala, Libânia, que tu estarias sendo mensageira do PCC.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Inclusive fazendo contatos com o pessoal do PCC. E fala também, por outro lado, que vocês foram transferidas de presídio porque tinha algum risco para vocês naquele presídio em que estavam.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hum, hum. Eu nunca fiz nenhum tipo de pedido desse porte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, mas isso foi... Eu acho que investigações que foram feitas...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...que estaria... que o PCC estaria com vontade de eliminar provas judiciais, coisas assim.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo. Mas eliminando a mim, eles não estariam eliminando nenhuma prova judicial, porque eu não sei... Na verdade, senhor, eu sou advogada, atuo na área criminal, enquanto advogada, nunca ultrapassei os limites que me foram conferidos na minha...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu te formaste quando, Libânia? Só para saber.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Foi... tem aproximadamente 5 anos. (*Choro.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cinco anos? Com 21 anos tu te formaste?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É. Em Santos, na Universidade Metropolitana de Santos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quando tu começaste a trabalhar no crime?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É, atuando como advogada na área penal, o senhor diz?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso.



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Depois que eu fiquei devidamente habilitada na Ordem dos Advogados. Não foi logo, porque quando eu terminei a faculdade eu estava grávida do meu filho, aí eu parei um período, e tem 1 ano, 1 ano e alguma coisa que eu sou inscrita na OAB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Um ano e pouco que é inscrita?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É, 1 ano... Eu não lembro exatamente agora a data para o senhor do...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aí, foi direto para o crime?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não foi direto para o crime. Sempre foi a área que eu mais gostei do Direito para trabalhar, e aí foi o que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - O que é que te levou? Quais foram, por exemplo, os primeiros clientes teus na área penal?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Os primeiros clientes foram os filhos... Eu freqüentava, na ocasião... Fui algumas vezes na Igreja Universal lá de São Vicente, da cidade que eu morava. Conheci umas senhoras lá da igreja que os filhos estavam presos, marido, alguma coisa assim. Aí, comecei a fazer atendimento para eles. Aí, entre um cliente e outro, você vai acabando o seu trabalho e vão surgindo mais. As famílias vão procurando. Na verdade, eu tenho até pouco tempo de inscrição na Ordem para... Esse tipo de pessoa que chegou a denúncia para mim tem até como fazer contato comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o Macarrão, foi teu cliente quando?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Como é nome do Macarrão, senhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É Orlando Mota Júnior.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Orlando Mota Júnior. Orlando Mota Júnior, eu fui há cerca de... Agora eu não sei muito bem fazer as contas, porque eu já estou presa há algum tempo. Eu fui... No momento da minha prisão, eu fiz 3 visitas ao Orlando. Na verdade, o que estava sendo dito por parte do Orlando é que eles estavam colocando vidro na alimentação deles, que eles



estavam sofrendo vários abusos. Então, eles gostariam que eu impetrasse um mandado de segurança para assegurar a integridade física dele e de mais alguns que eu atendi lá. Não foi ele quem me indicou os outros. Quando eu fiz atendimento, acabou sendo assim: na penitenciária que ele estava preso, na ocasião, acaba sendo uma... uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele estava em que penitenciária?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Na Penitenciária II de Presidente Venceslau, onde eu fui presa. E no momento da minha prisão, eu até vi na imprensa que eu estava falando com o Júlio César. Eu não estava falando com ninguém, porque eu preenchi uma requisição dos presos que eu iria atender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu prendeste lá por quê? Foste presa por quê? O que te disseram na hora?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu desci e fiquei cercada meia hora no parlatório, aguardando os presos que viriam para atendimento. E eu conversei com o diretor de disciplina da penitenciária, porque tem um desses presos que está com o livramento condicional já quase para sair. Ele foi transferido muito rápido, e eu não consegui entender o porquê. Eu liguei para a penitenciária que ele estava, e ninguém soube me informar. Eu procurei o diretor de disciplina lá, porque talvez fosse a pessoa mais correta para estar me informando o porquê dessa tão rápida transferência. E, aí, eu pedi... Assim... Eu queria resolver o que poderia ser feito do boletim informativo desse preso. Eu tenho até cópias de telegramas que eu enviei para a penitenciária que ele estava preso pedindo que fosse logo elaborado o competente boletim informativo e conversei com o diretor da...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas parece que consta que tu estarias mostrando um recado no parlatório.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mentira. É mentira isso. Eu fiz uma requisição para chamar para conversar com os presos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Com quantos presos?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Era... Eu acho que 5... Acho que 5.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Diz para mim quais foram, por favor.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Orlando Mota Júnior, Júlio César Guedes de Moraes, Cláudio Rolim de Carvalho, que é esse preso que eu estou falando que já estava praticamente para sair da cadeia. Tem 2 que eu não lembro o nome inteiro deles, só olhando a requisição. E até a requisição veio para mim com nomes trocados. Porque é assim: quando você faz atendimento na Penitenciária de Venceslau, você tem que fazer uma petição indicando os nomes para marcar horário. Quando veio o atendimento para ser feito lá, quando eu cheguei à penitenciária, não eram os nomes que estavam lá. Aí eu, com a minha letra, fui e falei: *“Não são esses”*. Aí falaram: *“Então, você coloca o nome e a matrícula do preso que a senhora vai atender”*. E eu coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Libânia, me diz uma coisa...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Presidente, a oportunidade, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só um pouquinho. O Marcos Willians, tu tiveste contato com ele?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Nunca. Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Nunca teve?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Se o senhor — o senhor sabe que a SAP é extremamente organizada —, se o senhor pedir para a SAP onde ele está preso, o senhor vai ver que eu nunca fiz atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E com o Luiz Henrique Fernandes?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Igualmente, senhor. Eu fiquei surpresa quando eu vi isso na minha denúncia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu não tiveste...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Nunca. Se o senhor verificar e pedir na SAP o senhor vai ver...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deputado, pode perguntar.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...que eu nunca atendi.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu só queria... Por que ela procurar chamar todos os presos pelo nome integral e não por apelido? Ela fala Orlando, não fala Macarrão; ela fala Júlio César, não fala Carambola. Por quê?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Porque eu não conheço o apelido de todos os presos que eu atendo. Até porque, você tem o mesmo apelido para diversos pessoas. Então fica complicado até, quando você conversa ou com a família ou até com o próprio preso, você se ater a apelido. Eu não sou nem da polícia nem sou bandida. Então, eu acho que quem tem conhecimento mesmo de apelido ou é polícia ou é bandido, que tem que saber quem vai procurá-los. A minha função... Eu para fazer um atendimento e entrar na penitenciária, eu tenho que saber o nome completo e a matrícula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu falaste por telefone com Cláudio Rolim de Carvalho?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu falaste por telefone com Cláudio Rolim de Carvalho?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu falava com a esposa dele, senhor. A esposa dele me procurou para estar fazendo atendimento para ele. Desde a primeira vez que nós fomos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Cláudio Rolim de Carvalho é o Polaco.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - A esposa dele chama... Polaco, quem me falou isso foi na delegacia. Eu tinha uma carta do Cláudio Rolim de Carvalho, que, quando eu fui conversar com a esposa dele, ela também comentou de alguns abusos que estariam sendo cometidos na Penitenciária II de Venceslau. Ele enviou uma carta para ela em que ele contava esse tipo de abuso, porque, quando eu fazia atendimento com eles e pedia para eles fazerem uma espécie de declaração, eles falavam que não, porque eles iam ter algum tipo de... Eles iriam sofrer alguma coisa com isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Represália.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Isso. Aí eu peguei essa carta que ele escreveu para a esposa, que ele assinava como Pou (P-O-U), e a



polícia pegou essa carta e pegou várias outras cartas que a esposa dele escreveu para ele, que não tinha nada. Aí, eles pegaram aquele Pou que viram que estava no nome da mulher dele, que ele que endereçava, e falaram que ele era o Polaco. Eu não tenho esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Relator.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora, a senhorita mora na Baixada?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E como é que a senhora chegou aí a esse Macarrão e...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sempre são os familiares que nos procuram, senhor. Vai ou no...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vai na senhora lá, em Praia Grande? Lá em Santos?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, é normal isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para eu entender.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Se o senhor faz um trabalho — isso é em toda profissão — se você faz um trabalho, eu sou uma advogada normal. Eu só faço o meu trabalho, e procuro fazer com seriedade, até porque eu tenho pouco tempo de formada, então eu procuro dar atenção e...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O seu escritório é onde?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É em Santos. Então, uma família acaba comentando com a outra e acabam entrando em contato.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual foi o primeiro desses presos ligados a essa facção, a essa organização, que a senhora atendeu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Olha, doutor, eu não sei que preso é filiado a qual facção, porque é um tipo de coisa que, para mim, é até melhor que eu não saiba.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não sabe, então...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não sei quem é de qual, se é de facção ou se não é. Não é o tipo de...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o preso desses de maior periculosidade de que a senhora foi advogada?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, eu não sei o que é para o senhor de maior periculosidade ou não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - O primeiro, os primeiros...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Se você atende uma pessoa que está na cadeia, para a sociedade ela é "periculosa".

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim, mas na sua opinião, qual foi o primeiro, de maior periculosidade que a senhora pegou?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, eu acho que isso foge até ao meu compromisso profissional, doutor, eu dar esse tipo de informação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora é muito ciosa.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hã?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está certo, a senhora tem que ser muito ciosa das prerrogativas da sua atividade. A senhora é casada?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem algum relacionamento estável?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sou separada do pai da minha filha. Não fui casada. Tive um relacionamento por um bom período com ele. Mas já estamos separados há bastante tempo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora teve relacionamento com alguém que tenha algum antecedente criminal?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa pessoa que é o pai de seu filho tem algum antecedente?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Ele mora em Salvador.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora teve...



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ele dá aula de capoeira. É professor de capoeira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora teve algum tipo de relacionamento com algum cliente seu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Vai ser tudo investigado.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem certeza?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O quê?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De que a senhora não teve nenhum relacionamento com nenhum cliente?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O senhor diz o quê? Se eu fui visitar algum cliente meu na cadeia?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Algum cliente meu na cadeia, não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E algum que não era seu cliente?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Já.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem era?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Visita íntima.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quem era, doutora?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ele já nem está mais preso, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas eu não perguntei se ele está preso, doutora. Eu perguntei quem era ele?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, eu acho que isso, a própria penitenciária pode informar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu posso escrever num papel, então, para o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou sendo discreto. Doutora, veja bem, doutora, eu estou sendo extremamente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu fazer... Não, eu preciso fazer uma...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só um pouquinho, Presidente, só um pouquinho, para eu não perder meu... Eu não quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas eu preciso fazer antes da sua alegação. Eu preciso dizer que tem um *habeas corpus* em que ela pode se negar...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...a responder qualquer coisa que venha a prejudicá-la ou pelo que possa se...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Então, eu não quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...auto-incriminar.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, eu não sinto prejudicar. Não é auto-incriminar. É que eu acho que isso diz respeito à minha vida particular.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pessoal, eu só quero entender uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se for se auto-incriminar, eu só quero aqui deixar bem...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Pelo contrário, não é nenhuma pessoa ligada a facção criminal nenhuma. A própria SAP pode ver. Porque eu sei que vocês já têm isso, porque já me foi apresentado no dia da minha prisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só um pouquinho, Libânia.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Deixa eu só concluir, doutor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixa eu terminar o esclarecimento, que é importante. Tem um *habeas corpus* preventivo no sentido de dizer que tudo que venha a lhe auto-incriminar a senhora pode se negar a responder. Eu tinha que lhe comunicar oficialmente isso.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Antes de começar o meu depoimento, não é, doutor?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, já... O seu advogado...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não sabia disso, não é? Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, porque isso é uma praxe da CPI.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hum... Avisar depois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, tudo o que lhe auto-incriminar... Por isso que eu estou lhe avisando agora.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, do *habeas corpus* eu não sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Do *habeas corpus* preventivo.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, mas isso não é uma questão de me auto-incriminar, doutor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora, eu não estou lhe perguntando...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Diz respeito a minha vida particular.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu não estou lhe perguntando...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ele não é... Ele não diz...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não tem nada disso. A própria... Foi-me apresentado... O senhor quer que eu responda? No dia da minha prisão, foi-me apresentado o nome completo dele. A penitenciária que eu visitei eu fui 3 vezes só. E ponto final. Já faz bastante tempo isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. Veja bem. Eu não estou aqui para incriminá-la de nada, certo? Eu estou tentando entender as circunstâncias.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu também. Vou ser honesta para o senhor. Eu também, porque eu estou presa há 35 dias.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu estou tentando entender as circunstâncias.



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - E eu também estou tentando entender.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, eu vou lhe perguntar. A senhora vai me responder.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Pois não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo? Eu não tenho nenhuma intenção aqui em incriminá-la mais do que a senhora já está. Eu perguntei para a senhora se a senhora tinha tido algum relacionamento com alguma pessoa que estava presa. A senhora me respondeu que sim. Essa pessoa, na sua informação, não tem nenhuma vinculação com esse episódio que está sendo investigado?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora poderia nos dizer por qual motivo essa pessoa foi presa?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não... Agora eu não consigo me lembrar o artigo dele exato. Eu tenho medo é de falar um e ser outro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Poderia ser por assalto?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Provável. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Assalto a mão armada? Assalto a banco? Assalto?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Assalto?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ou assalto... Eu não sei, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Libânia, só para informar que o seu advogado está no telefone, aqui. Quer falar com ele?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não sei. Ele quer falar comigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim. Se ele telefonou é porque...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Se ele telefonou... Suspende, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu suspendo por 3 minutos, até terminar...

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu quero dizer que — até devido à tua informação — o *habeas corpus* era no sentido de tu não prestares juramento. Pode ver que tu não foste encaminhada a prestar juramento.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não tenho compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tu sabes que tudo o que pode te auto-incriminar tu não deves dizer.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso a CPI não precisava nem te falar, que tu és advogada e sabes disso.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos agilizar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tudo o que foi necessário te foi dito. Agora, o teu advogado devia ter um representante aqui, que poderia te acompanhar desde o início. Mas vamos continuar, então.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Vamos adiante, Sr. Presidente. Eu vou insistir, então. A senhora quer nos comunicar por escrito o nome da pessoa que a senhora teve relacionamento? A senhora pode...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Então, poderia até ficar consignado na CPI que eu falei com o meu advogado pelo telefone. Eu falei com o Dr. Patrick. Eu não vou mais responder.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não vai mais responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu só quero lhe falar uma coisa: só não pode responder aquilo que vá lhe auto-incriminar. Esse tipo de relacionamento pode lhe auto-incriminar, é isso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não pode me auto-incriminar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, a senhora, aí, tem que dizer a verdade. A senhora sabe que o preceito constitucional... Qualquer



medida judicial vai se basear no preceito constitucional de não ser forçada a falar algo que lhe auto-incrimine.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não sei no que que está baseada a decisão. Eu só... Nada disso me auto-incrimina. Eu fui 3 vezes à penitenciária. Já faz muito tempo que eu não vejo essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se não lhe auto-incrimina, tem que dizer a verdade aqui na CPI.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O que eu posso dizer para a CPI é que pode expedir ofício para a penitenciária e pegar o nome dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qual é a penitenciária?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mirandópolis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, ela não respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mirandópolis.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, eu sei por que ela não responde. Eles são proibidos de dizer o nome desse pessoal. Não responde de medo. A senhora declara Imposto de Renda?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nunca declarou?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem uma movimentação de 186 mil reais na sua conta bancária no ano de 2004.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É porque eu...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Somente em uma das contas. Por que a senhora não declarou Imposto de Renda nesse ano?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Somente em uma, não, doutor. Eu só tenho uma conta!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Numa conta bancária, do Banco do Brasil, a senhora movimentou 186 mil 881 reais. Por que a senhora não declarou Imposto de Renda?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O meu advogado, com certeza, vai poder explicar.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só num mês a senhora movimentou 145 mil reais dentro da sua conta bancária. É relativa a que essa movimentação?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É de origem lícita.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que a senhora não declarou ao Imposto de Renda?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, não sei por quê!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora foi presa sob a denúncia de ter colaborado na rebelião, chamada segunda fase das rebeliões do PCC, que levaram à morte vários agentes penitenciários e pessoas inocentes. E existe um conjunto de gravações que revelam a sua participação. Numa oportunidade, a senhora esteve com o detento Macarrão, Orlando Mota Júnior, onde foi estipulado...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu já expliquei para o senhor...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...que a senhora seria o elo da ligação criminosa com Marcos Willians Camacho e Luiz Henrique. O que a senhora tem a dizer sobre isso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu nem conheço Luiz Henrique. Eu nem conheço esse... Como é o outro nome que o senhor falou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Marcos Willians.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não conheço também o Marcos Willians. Se o senhor expedir um ofício para a SAP, com todas as penitenciárias que eu atendia... Eu desconheço essas 2 pessoas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - No dia 28 do mês de junho, a senhora prestou depoimento, às 11h26min, na presença do Dr. Mauro Chiyoda, Delegado de Polícia...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Nem foi às 11h26min, foi muito mais tarde. E, com relação a tudo o que aconteceu na delegacia, foi muito constrangedor, e eu também não quero falar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora, nessa oportunidade, declarou que há aproximadamente 30 dias presta serviços para o PCC.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade que eu falei isso.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *“Há aproximadamente 30 dias, a declarante começou a prestar serviços para o PCC...”*

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *...entrando e saindo de presídios...*

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *...com a finalidade de transmitir ordens dentro da facção criminosa. A declarante chegou inclusive a convidar seu sócio Julio Malheiros de Mello a integrar o mesmo tipo de trabalho”.*

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não acredito!

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora convidou o seu sócio?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Não posso ter convidado o meu sócio de uma coisa que eu não fazia, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - *“O sócio recusou e aconselhou a declarante a não se envolver nesse tipo de trabalho”.*

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade nada disso, desde o início que o senhor começou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tem alguma coisa que a senhora possa declarar a esta CPI que a senhora considere relevante para a investigação sobre o tráfico de armas no País?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não tenho nenhuma informação que eu possa dar. Não tenho, de verdade.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não tem nenhuma informação que a senhora...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Conheça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...considere relevante?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, que eu conheça! Não tem nada que eu sei que eu possa dizer.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E que a senhora sabe e não pode dizer tem alguma coisa?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Também não, porque eu não sei de nada.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora sabe por que a senhora está presa?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu li a denúncia, no dia 7.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Por que a senhora está presa?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Por causa de umas rebeliões. O senhor acabou de ler a denúncia, doutor. O senhor também tem conhecimento. Mas não é verdade. Nem sempre as pessoas que são denunciadas cometeram crimes. Por isso eu ainda não tenho sentença.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu não tenho mais nada para perguntar, Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Posso perguntar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Pois não, Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu quero saber da... Quando você ficou grávida, não era formada ainda, não é?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, foi no último bimestre, na faculdade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A pessoa com quem você tem um relacionamento do qual você tem... é filho ou filha?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não entendi.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É filho ou filha que você tem?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Filho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O pai do seu filho tem algum envolvimento criminal?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. O senhor me desculpe, mas eu prefiro não falar do meu filho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu estou falando do pai do seu filho.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. O pai do meu filho, não.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Ele paga pensão para você, para a criança?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Às vezes, sim; às vezes, não. Depende.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você não é advogada?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sou.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que você não entrou com ação de alimentos?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Porque eu não quero isso para o meu filho.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas é obrigação do pai pagar o alimento.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, por favor, doutor. Eu não quero discutir com o senhor uma particularidade minha, nem do meu filho, nem da vida do meu filho. O senhor vai me desculpar, mas isso não diz respeito à CPI.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Olhe, o que diz respeito ou não diz respeito, somos nós quem sabemos, e não você.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, o meu filho, eu tenho certeza que não diz.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não estou perguntando do seu filho; eu estou perguntando uma questão jurídica referente ao seu filho, e não da relação sua, de mãe com o filho. Não estou entrando no mérito.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, o senhor está perguntando por que eu fiz ou deixei de fazer alguma coisa e isso é uma questão, uma particularidade minha com meu filho, certo?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Se você é mãe...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não falta nada para o meu filho. O senhor pode ter certeza. Ele estuda, ele toma remédio quando ele precisa, ele vai ao médico, ele é muito bem tratado, eu amo muito o meu filho. Nada falta para ele.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você acha que, na atual situação, você está dando um bom exemplo para o seu filho?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ele vai saber que eu não fiz nada disso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual a idade dele?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Quatro anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com quem ele está agora?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Com a minha mãe. O senhor também gostaria de modificar essa situação? Porque me colocar na cadeia sem eu cometer crime já me colocaram. Agora, o senhor também gostaria de modificar essa situação de onde está o meu filho, doutor?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Não, eu estou perguntando apenas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Arnaldo, permita-me uma coisa.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Libânia, deixe eu te falar: nós não estamos falando aqui em novidade. Deixa eu te colocar, por exemplo, saiu na *Folha de S.Paulo*: *"De acordo com a reportagem, Libânia afirmou que atuava como mensageira do PCC..."*

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas, não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ... *entrando nos presídios para transmitir ordens de seus líderes*".

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não foi isso que eu falei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - *"Ela teria recebido de Orlando Mota Júnior, o Macarrão, preso em Presidente Prudente, a determinação para que os presídios..."*

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Doutor, ele nem estava preso em Presidente Prudente. O senhor vê o quanto é inverídica essa informação?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só um pouquinho, deixe eu terminar, aí, tu... *“para que os presídios de Araraquara e Itirapina entrassem em rebelião, o que acabou ocorrendo”*.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O senhor também não acha que eles podem querer arrumar alguém que tenha envolvimento em tudo o que aconteceu no País?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, só para te explicar o que está... *“Ela também confirmou contatos com Marcola — líder da facção — e diz ter recebido 7 mil dos criminosos”*.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Aqui diz também: *“A outra advogada presa, Libânia Catarina Fernandes Costa, também confessou ter repassado salves (como são chamadas as ordens) da cúpula da facção para os escalões inferiores”*. Isso já é Agência Estado. *“Um dos salves foi passado por um preso chamado Fábio, da P2 de Venceslau, no dia 14 de junho. A ordem era para que os detentos da Penitenciária de Mirandópolis 1, Araraquara e Itirapina 2 se amotinassem e destruíssem os presídios. De fato, os detentos dessas três unidades cumpriram a determinação no dia 16 e só não conseguiram quebrar tudo porque a Tropa de Choque da Polícia Militar invadiu as prisões e acabou com as revoltas, libertando 19 reféns. Libânia foi presa quando foi visitar o segundo homem da hierarquia do PCC (...), o Julinho Carambola...”*

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mentira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...*As duas advogadas mantinham muitos contatos com Orlando Mota Júnior, o Macarrão...* Isso é verdade, que vocês mantinham contato com o Macarrão.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu mantinha contato com o Orlando, como todos os outros clientes que eu atendia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - *“...que exerce no PCC a função de torre-geral, coordenando os presídios...”*

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não sei de nada disso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, isso só para tu saberes o que já está divulgado.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É porque acho que o senhor não tem conhecimento que a gente não tem acesso a jornal na penitenciária

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É, por isso que eu estou lendo, para tu saberes...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...e agora nós não temos nem televisão, já há bastante tempo, na cela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Estou lendo para tu saberes que isso aconteceu e já está divulgado...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...é uma coisa que não está sendo colocada agora na CPI.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Entendeu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Entendi o que o senhor está querendo dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Infelizmente, tu estás no meio de um elo de rebeliões perigosíssimas para as vidas das pessoas.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu também acho. Eu também acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Perigosíssimas mesmo. É que eles tiveram que libertar 19 reféns. São vidas de pessoas que estão em jogo.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Com certeza. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E isso é terrível.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu também acho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E tu estás no meio desse elo. Esse é o problema.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu acho que o meu advogado vai conseguir demonstrar que eu não fiz nada disso.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tenho uma informação de que no parlatório você colocou na parte frontal do seu seio um recado para ser lido e não ser pego pelas câmaras. É verdade?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não é verdade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você recebeu essa acusação?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu li... O meu depoimento, eu ainda não tinha visto. Quando a outra advogada — porque ainda nem da OAB eu ainda não recebi nada —, quando a outra advogada recebeu o procedimento disciplinar dela, ela leu, e eu pedi para dar uma olhada e vi isso. E não é verdade. O que está escrito no depoimento não é verdade, tem muita mentira. Esse negócio dessa pessoa diz respeito a, acho, que 2 nomes que os senhores já falaram. E, como eu já disse, se oficiarem para a penitenciária de Bernardo, vocês vão ver que eu nunca atendi essas pessoas. Então não pode ser verdade.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Por que teve um tratamento diferenciado nesse evento em que a Dra. Valéria teve o acompanhamento da OAB e, no mesmo episódio, você não teve o acompanhamento da OAB. Por que essa diferença, Libânia?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não acredito que tenha sido exatamente uma diferença. O que aconteceu foi o seguinte: eu fiquei sozinha numa especializada, e a Dra. Valéria e o Dr. Diamante ficaram em outra. Eles tiveram o acompanhamento do Presidente da Ordem e eu não. Só isso.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Os locais onde vocês ficaram recolhidos eram diferentes. É isso que você está falando?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Foi. Eu estava na DISE e eles estavam na DIG. O espaço físico era diferente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas em Prudente, os 2....

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Você, lá, na casa da Dra. Valéria, tinha 2 pessoas da OAB presentes, o Presidente e o Vice-Presidente. Não poderia estar um lá e outro com você?



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Poderia, com certeza, com certeza, com certeza. Com certeza, poderia.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E foi uma falta de atenção para com você, não foi?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Acho. Acho que foi uma falta de atenção não ter o acompanhamento de nenhum deles, acho que foi uma falta de atenção o que consta no meu depoimento, acho que é uma falta de atenção eu estar presa, porque eu não sou criminosa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O que você acha que no teu depoimento não é verdade e está constando como se fosse um depoimento seu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não, não... Como eu disse para o senhor, quando eu tive acesso ao procedimento administrativo da outra colega, eu li tudo, vi várias reportagens nos jornais, que eu fiquei chateada. Uma coisa assim que está... é evidente que está abalando muito a minha vida, e eu fiquei muito, muito chateada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu queria...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Agora com relação a isso, eu acho que eu já falei mais do que eu deveria. Meu advogado, no telefone, me falou o seguinte: que, no dia 18 — ele falou que pode ficar consignado isso na CPI —, que no dia 18, agora, eu vou ter a minha audiência de interrogatório e que sobre o que aconteceu na delegacia, sobre isso ele não quer que eu fale aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Pelo contrário. Eu não tenho nada para me auto-incriminar. Eu acho que me auto-incriminar eles fizeram nesse depoimento. Então ele me pediu que eu não falasse nada disso. Eu vou atender à solicitação do meu advogado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O.k. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Raul, uma questão?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Na verdade são 2. Boa tarde Libânia.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Pois não. Boa tarde.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Só um pouquinho... Há algum tempo, Libânia, nós tivemos aquele episódio, eu acho que você chegou a tomar conhecimento, do Wesley e da Maria Cristina Rachado, lembra?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Lembro.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Vou recordar. Nós estávamos numa sessão reservada e, então, foi feita uma cópia do áudio dessa sessão reservada.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Isso ficou público, Libânia, e nós, então, convocamos o Wesley e a Cristina Rachado. Eles vieram e, durante praticamente 1 dia — não sei se 1 dia e meio —, eles protestaram inocência. Teve muito choro, teve muita negativa, teve muita afirmação de inocência, Libânia.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Teve, enfim, se você permite...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Pois não.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - ...e com respeito, tudo muito parecido com o que está acontecendo hoje, embora eu não esteja aqui dizendo que você está faltando com a verdade. Eu só estou lembrando. Eu só estou lembrando que naquele depoimento as coisas seguiram exatamente esse mesmo, digamos assim...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu gostaria de pedir para o senhor...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Você me permite concluir?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...não fazer esse tipo de comparação, porque os fatos são bem diversos.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Me permite? Mas você me permite concluir? Eu estou falando. Eu estou falando. Então, me permita isso. Eu só estou dizendo, não estou perguntando, mas quero só apenas lembrar que, embora não tenha feito compromisso, juramento ou seja o que for, se amanhã for constatada alguma coisa que implique em que tu mentiste para esta CPI, a tua situação... Era apenas isso que eu queria alertar, só isso.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo.



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Ou seja, em seu direito à sua defesa, porque aí nós vamos ser muito duros, viu Libânia? Nós vamos ser muito duros, porque nós já passamos por isso aqui mais de uma vez. Nós ouvimos todo tipo de negativa. Nós ouvimos todo tipo de choro. Eu não estou dizendo que o seu não é verídico. Por favor, me entenda. Estou só dizendo...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu só gostaria...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - ...só dizendo. Eu vou concluir. Então, essa é a questão que eu queria te dizer. Mas, inequivocamente, não resta a menor sombra de dúvida de que nós não temos até aqui acesso... Nós deveríamos inclusive, Sr. Relator — o Presidente não está aqui —... Nós não temos acesso às fitas, às provas documentais daquilo de que você é acusada. Não está aqui. Então, inclusive, Sr. Relator, eu me sinto impedido...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu posso fazer uma pergunta para o senhor?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas deixa eu concluir. É só uma questão de um pouquinho de tempo. Eu vou lhe ouvir, não tem problema, está certo? Eu depois paro, lhe ouço. Mas me ouça primeiro. Então, exatamente porque não tem isso, eu não vou lhe fazer perguntas. Eu vou parar por aqui e vou lhe ouvir.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Mas o que eu queria chamar atenção é isso, está certo? Isso já aconteceu, Libânia, no passado. Eu entendo a situação difícil em que você está. Eu entendo os fatores de desequilíbrio. Isso tudo eu entendo, está certo? Eu só digo que a CPI pode ser até uma instância de atenuamento. Se você pedisse uma reunião reservada, nós faríamos. Evacuaríamos tudo isso aqui e iríamos te ouvir. Você teve essa prerrogativa. Não quis, tudo bem, a gente respeita. Agora, caso contrário, efetivamente, é porque essas provas não estão aqui. Mas se elas chegarem, aí, sim, efetivamente eu tomarei um inteiro...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu estou à disposição da CPI para uma nova oportunidade.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Aí já não será necessário. Mas agora eu te ouço. Pode falar.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O senhor tem filhos?



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Tenho.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Tem.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Dois.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Como o senhor se sentiria se o senhor estivesse preso, não tivesse feito o que estão falando que eu fiz, e alguém perguntasse do seu filho, assim de como vive o seu filho? E o senhor me desculpe, foi uma coisa assim: o meu filho é o que eu tenho de sagrado na minha vida. Então, foi uma coisa que, o senhor vai me desculpar, eu tenho certeza que ninguém, talvez, procurou isso, mas foi uma coisa que mexeu comigo. O meu filho é sagrado.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Deixa eu esclarecer. Em nenhum momento eu me refiro a isso e eu não...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - E não, quando eu comecei a chorar, que eu me descontrolei, foi por causa do meu filho.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, isso não. Por Deus, não! Nada disso. Eu não tenho nenhuma referência, eu não lhe faria essas perguntas. Acho que, enfim, não se trata de nada disso.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu achei um pouco... o senhor me desculpa, não quero desrespeitar ninguém, mas eu achei que foi...

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Não, mas é antes. O que eu estava... Libânia, o que eu estava fazendo era num contexto, não nesse caso. Não.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...desnecessário.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Está entendido? Estou dizendo apenas o seguinte: é aquela coisa... Tu és muito jovem, está certo? Isso, para nós, eu acho que é uma questão que, enfim, toca, etc., etc. E dizer o seguinte: olha, bem ou mal, isso aqui ainda é uma instância à qual se pode apegar, porque nisso aqui nós não somos juízes, nós não somos polícias, não é nada disso. A última questão que eu queria fazer é a seguinte: você coloca que esse auto de qualificação que tenho aqui na frente, você diz que teve muito constrangimento, ocorreram muitos constrangimentos nessa oportunidade. Você pode relatá-los?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não quero, eu não estou... é que eu conversei com o meu advogado agora...



O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Sei.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...e ele pediu para eu não falar nada sobre isso. E eu prefiro, assim, ouvi-lo. Eu não estou assim... Eu entendi bem o que o senhor quis dizer, respeito a sua opinião, até porque o senhor não me conhece, certo?

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Hã?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas é... ele conversou comigo e comentou do *habeas corpus*. Eu acredito até que no momento em que os senhores consideraram oportuno citar o *habeas corpus*, os senhores citaram. E aí conversei com ele aí e com ele eu falei, o que ele mais ou menos já sabe, porque ainda não foi falar comigo pessoalmente. Mas eu escrevi uma carta para meu advogado falando o que aconteceu, entendeu? Então ele tem a carta que ele recebeu do que aconteceu no dia da minha prisão. Então ele falou para mim, pediu para que eu não falasse na CPI. Não tem nada a ver com auto-acusação. Ele falou que tem a ver com a defesa técnica que será exercida e que ele não quer que eu fale mais nada disso. Ele quer tomar conhecimento exatamente do que aconteceu no momento da minha prisão, de tudo. Então, por isso só, eu vou me reservar o direito de não responder para os senhores. Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO RAUL JUNGSMANN - Claro, é um direito seu. Sr. Relator, muito obrigado. Acho que podemos parar por aqui, inclusive porque temos votação nominal, e estamos convocados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Vou só concluir.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Muito obrigada, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora conhece a organização Nova Ordem?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Já manteve contato com ela?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Já, já mantive. Fui apresentada assim como uma associação de familiares de presos. Eles fazem um trabalho...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora foi apresentada à Associação Nova Ordem através de quem?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - De uma mulher de preso. É uma associação de familiares de presos. Foi uma mulher de preso que me apresentou. Eles fazem um trabalho muito bom, assim, buscando direitos para presos. E sempre que achei necessário, quando eu estava trabalhando, solicitar algum apoio para eles, ou no fim de semana, ou porque eu não estava em São Paulo ou alguma coisa, eu conversei por telefone com o Ivan, que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Ivan Raimundi Barbosa?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Isso. E ele sempre procurou me atender da melhor forma possível, expedindo ofícios para providenciar atendimento para preso, esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora mantinha, então, uma certa regularidade de contato com a Nova Ordem?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Pessoalmente, ao escritório deles fui uma vez; o Ivan foi uma vez no meu escritório. E regularmente, não. Eu conversava com ele quando se fazia necessário o auxílio da associação para algum trabalho que eu estivesse fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora acha que a Nova Ordem é uma organização ligada ao PCC?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não acho. Acho que é uma associação de familiares de presos. Não acredito que seja ligada ao PCC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora conheceu o Dr. Eduardo Diamante?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não conheci o Dr. Eduardo. Assim, na verdade, na porta de penitenciária, do fórum, da OAB — o senhor bem sabe disso —, a gente pode, assim, cruzar com as pessoas. Assim, nas poucas vezes que fiquei com televisão na penitenciária, francamente eu não me lembro da fisionomia dele. Pode ser que nós já tenhamos nos cruzado na porta de algum lugar, mas foi uma coisa muito rápida e cordial.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora é uma pessoa bastante jovem, que tem possibilidade, como a senhora diz, de provar sua... Esta CPI pode ser um espaço atenuante da sua situação. A senhora sabe que foi feito o monitoramento, com autorização judicial, da suas conversas com esses presos?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sei. Sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Que, na transcrição...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Inclusive não teve só, pelo que eu pude perceber, pelo o que me foi falado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Ainda não foram suas transcrições... Quem estava sendo monitorado ...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não foi só de telefone, o parlatório estava grampeado, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Exatamente. Quem estava sendo monitorado não era a senhora.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O parlatório estava grampeado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Era o preso, correto? E, nessas conversas, aparecem exatamente esses fatos que são imputados à senhora.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Da denúncia, o senhor está dizendo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Exatamente.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora tem conhecimento disso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas que eu disse que ia fazer alguma coisa? Eu nunca disse que ia fazer nada, em momento algum, em lugar nenhum, nem em telefone, nem em parlatório, nada disso. Eu nunca disse que ia fazer nada disso. Meu trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A senhora tem uma gravação na qual a senhora combina com o Macarrão o acionamento do advogado Eduardo Diamante. Entre outras coisas, trata com ele sobre a entrada de 3 telefones completos...



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade isso. Isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - ...por 15 mil reais. A transcrição do monitoramento revela esse diálogo.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Quando o meu advogado estiver vendo o depoimento vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Só gostaria de saber se a senhora refuta...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...poder ser esclarecido o que é isso. O que eu li na denúncia, de 15 mil reais, para pagar para entrar telefone na cadeia, eu desconheço isso. Me foi perguntado... Inclusive, eles citaram vários nomes de agentes, se eu sabia se colocavam, que eles desconfiavam que colocavam telefone para dentro, mas eu desconheço isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Certo, certo.

Por solicitação do ilustre Presidente, vamos suspender o andamento dos trabalhos, a fim de participar de uma votação nominal. Retomaremos os trabalhos no momento adequado.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Bom, vamos reiniciar a CPI. Pergunto ao Relator se tem alguma pergunta a fazer. Então eu começo. Para mim tanto faz.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero saber se a senhora deseja acrescentar algo àquilo que já acrescentou. Vamos lhe dar uma oportunidade agora, só com o Relator e o Presidente.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu realmente não tenho nada a acrescentar aos senhores que eu tenha conhecimento que possa auxiliar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora nega o depoimento que a senhora deu então? Por que a senhora deu aquele depoimento?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Isso eu prefiro que meu advogado demonstre em juízo. Minha audiência está bem próxima. Eu escrevi uma carta para ele relatando o que aconteceu.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora deu depoimento sob coação?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu prefiro que ele esclareça essa situação. O que tenho a dizer ao senhor é que nada daquilo é verdade. Eu também não gostaria de ficar falando com relação a isso, porque eu também tenho receio. Eu sei o que aconteceu. Então, eu prefiro que meu advogado possa trabalhar nesse sentido.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem algum tipo de receio?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu tenho, mas não é com nenhuma suposta facção que eu nem conheço. Eu tenho receio porque eu estou presa, não falei o que está no meu depoimento, estou aparecendo no jornal há 15 dias, mais até, nem sei. A minha vida está destruída em razão de tudo isso. Eu não fiz isso. Na minha denúncia tem muitas coisas, eu desconheço. Então, eu prefiro que meu advogado... Como ele mesmo me informou, e o senhor me informou, que eu posso, tenho garantido o meu silêncio, é isso que eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qualquer coisa que possa lhe auto-incriminar. Isso, tu sabes, é um preceito constitucional que os senhores aprendem na faculdade.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É, mas isso não é alguma coisa que possa me... O meu depoimento, senhor, não é algo que possa me incriminar. Como aconteceu alguma coisa lá... Eu não estou na delegacia e não é aqui que gostaria de esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Deixe-me voltar a te explicar. Tu só podes se negar responder aquilo que vá te auto-incriminar. O que não vá te auto-incriminar, tu podes responder tranquilamente a teu juízo.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, isso não vai me auto-incriminar, mas como...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, tu debes dizer o que aconteceu, o que houve.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Infelizmente, não vou poder fazer isso, Sr. Relator. Eu escrevi uma carta para meu advogado, foi só para ele que falei o que aconteceu e eu prefiro que, por enquanto, só ele fique sabendo.



Ele é a única pessoa que confio neste momento. O senhor vai me desculpar, nada contra a sua pessoa, certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Libânia, deixe eu lhe explicar. Não, também não tenho nada pessoal. Meu problema é desbaratar uma organização criminosa.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sim. Se eu pudesse colaborar, tudo bem, mas, infelizmente, eu não posso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu podes, muitas coisas tu podes, porque tu advogavas para um dos líderes dessa organização criminosa.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não tinha conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Compreendeu? Bom, com conhecimento ou sem conhecimento, tu advogavas para um dos líderes dessa organização criminosa, certo? Então isso te colocaste no olho do furacão. É o mesmo que alguém dizer: Ah, eu não sabia que o Al Capone era da Máfia. Mas se tu és advogada do Al Capone, automaticamente, tu estás trabalhando para a Máfia. Compreendeu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas sem saber.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, é uma coisa natural. O que eu quero te dizer é o seguinte. Eu não quero é que tu saias mais prejudicada.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque se tu calares uma coisa que tu consideres que não te auto-incrimine...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas isso não me auto-incrimina. Mas isso é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, isso é um delito contra a CPI. Quer dizer, tu não podes calar a verdade para a CPI. Aí tu serás indiciada em mais alguma coisa.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu vou deixar isso a critério do meu advogado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu volto a frisar. Volto a frisar que tu tens...



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu tenho muito receio de tudo o que aconteceu. Eu tenho receio das pessoas que estavam em Venceslau, não de preso, mas das pessoas que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Que tu tens. Tu não tens receio do teu cliente, esse que é um dos líderes?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu nem tenho conhecimento disso que o senhor está falando. Então, não acredito que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Sim, mas agora estamos te dando conhecimento.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Toda a investigação mostra que ele é um dos líderes, um dos comandantes do PCC, e era teu cliente.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hã, mas a minha função era simplesmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É estranho pensar que tu não tens receio disso, porque qualquer pessoa normal teria receio. Se eu falasse: pô, meu cliente era um cara de uma organização criminosa, pô, eu não sabia, então, não vou mas trabalhar, não vou mais fazer nada.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas se o senhor tem a função, enquanto advogado penalista, se o senhor estivesse no meu lugar, que o senhor só atende pessoas em penitenciárias, que diferença isso ia fazer para a sua vida? Se você nunca trabalhou para eles, ou nunca praticou nenhum crime, ou nunca fez nada junto com eles, isso não pode alterar em nada para mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu acho que altera no momento em que isso te coloca em risco. Porque, inclusive, as autoridades disseram que te mudaram de presídio por causa do risco.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não sabia disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu mudaste de presídio, não é?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas, porque, quando nós estávamos sendo transferidas, assim....



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso eu não estou contando nenhum segredo também.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - No momento da nossa transferência, eu não fiquei sabendo que a gente estava sendo ameaçada. Mas o que aconteceu foi que a pessoa que fez a nossa escolta, colocou a metralhadora na minha cabeça e falou que, se alguém tentasse alguma coisa ali, um suposto resgate, ou alguma coisa assim, a primeira bala que ia ser dada era na minha cabeça. Então, eu não podia ter conhecimento disso, porque não foi nem o que quem fez a escolta, quando eu fui transferida da cadeia, me falou. Foi bem diferente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Alguém te falou em algum resgate?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Falou isso. Não. Ele pôs a metralhadora na minha cabeça e falou que se acontecesse alguma coisa no trajeto da cadeia pública que eu estava até a penitenciária que nós chegamos, se acontecesse alguma coisa no meio do caminho, a primeira bala ia ser na minha cabeça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas tinha alguma coisa, falando nisso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Isso foi o que ele falou; eu não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De um resgate, coisa parecida?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Ele que falou que se acontecesse alguma coisa no caminho, eu ia levar uma bala de metralhadora na cabeça, ou algumas não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu sei que você ficou bastante afetada, digamos assim, quando o Deputado te perguntou sobre o teu filho. Não quero saber sobre o teu filho, certo?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sinceramente, fiquei mesmo, fiquei magoada.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É um direito que te assiste. Agora, eu quero saber o seguinte. Essa pessoa com quem tu tiveste um relacionamento, que estava presa, essa pessoa é o pai da criança?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não tem nenhuma relação?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O pai do meu filho é professor de capoeira em Salvador.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso já faz muitos anos que aconteceu essa história no presídio. Esse relacionamento foi...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Já faz bastante tempo, faz mais de 6 meses, mais de 8 meses.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu já era advogada?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu já era advogada. Mas eu entrei só 3 vezes na penitenciária.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Tu já eras advogada?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Já era advogada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E já estava com uma relação com esses clientes que nós estamos investigando e acabou...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Esses clientes, o senhor poderia me fazer um esclarecimento, doutor? O senhor que está me informando que eu trabalhei para um suposto líder de uma facção. Eu não sei quem é essa pessoa. O senhor poderia me informar, porque daí eu poderia responder essa pergunta com mais clareza.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Orlando.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Orlando Mota Júnior?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, Orlando Mota Júnior, faz coisa de... Antes da minha prisão, 30 dias que eu comecei a falar com ele, então, eu não falava com essa pessoa que vocês dizem que é meu cliente, eu desconheço.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E por que tu podes afirmar, categoricamente, que essa pessoa com quem tu te envolveste não faz parte dessa organização?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Eu acredito que ele não faça.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ele era teu cliente?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, eu não cheguei a advogar para ele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que tu, sem ser advogada, manteve contato com preso que não é teu...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Falei com ele no parlatório uma vez. Mas, como eu fui visitá-lo na penitenciária, eu não tenho procuração e nem o processo dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu quero entender esse procedimento, não especificamente com relação a tua pessoa, certo?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sim. Então, exatamente....

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - É possível uma pessoa, que não é da família do preso, que não conhece o preso, que não é advogado do preso, ir visitar um preso e estabelecer a rotina de visitas? É possível isso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O que acontece é o seguinte. Eu falei com ele, na própria penitenciária, a primeira vez...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quantos anos tinha esse rapaz?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, agora eu não me lembro, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por cima só. Uns vinte poucos?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Acho que uns 30, trinta e poucos.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo. Mas eu quero entender isso. Qualquer pessoa pode estabelecer... Não tem toda uma regra para estabelecer a questão da....

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Tem. Tem que fazer um atestado de amásia. É isso o que o senhor está perguntando?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Para ter direito à visita íntima, não tem que ter uma relação que seja, de alguma forma....

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não quero ser desrespeitosa com o senhor.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu sei.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas, assim. Eu falei com ele, uma vez, no parlatório, e não, necessariamente, porque você vai entrar numa visita íntima, você vai ter relação íntima.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Exatamente. Perfeito, perfeito. Mas eu quero só entender. Eu sempre entendi que o procedimento a ser adotado para que o preso adquirisse o direito de receber, de maneira regular, uma pessoa, ele tinha mais exigências. Entende? Eu achei que não... Eu não achei que era tão simples.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não é tão simples. Ele não tinha ninguém, por exemplo, no rol de visitas, senão ele teria que ficar uns 6 meses sem colocar outra pessoa. Na verdade, se o esclarecimento do senhor é saber se é fácil qualquer pessoa entrar num rol de visitas, é isso, doutor, que o senhor tá querendo chegar? Eu acho que conclui o raciocínio. É esse? Não é assim tão simples. Você tem que conhecer e tal. Mas não quer dizer que você tenha que já...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Eu entendi, doutora, a visita íntima não quer dizer uma relação íntima, ela é uma...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Uma aproximação.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...uma visita privada, uma conversa privada. Mas não lhe parece que é uma situação pouco, digamos assim...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Bastante, bastante. Tanto é que essa pessoa que eu visitei na penitenciária é muito simples o senhor



obter o nome dessa pessoa. Eu consultei num rol de visitas de um determinado preso na penitenciária.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, doutora.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O próprio diretor informaria ao senhor. E acontece o seguinte. Me perdi, espera aí. O que o senhor tinha perguntado, desculpa?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, era... Porque, a senhora se coloca na minha situação como uma pessoa que está investigando, entendeu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, sim, desculpa, desculpa, já sei onde eu cheguei. E aí, doutor, como eu falei com ele a primeira vez no parlatório, eu acabei não pegando o processo dele. Então, o senhor vai ter acesso ao nome da pessoa, certo, e o senhor vai ver que o processo dele eu não tenho...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora, eu quero entender o seguinte: como é que a senhora chegou nessa pessoa?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Foram os familiares dele que entraram em contato pedindo para eu pegar o processo dele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aí a senhora foi falar com a pessoa; não pegou o processo dele. É isso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - (*Risos.*) É.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se apaixonou por ele.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...começaram a conversar.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Conversar, correspondência, carta, e conversar. Fui uma vez também no parlatório também. O que eu quero deixar claro que eu não voltei a falar com ele na penitenciária como advogada. Nunca mais compareci ao parlatório. E aí também foi uma coisa rápida, foram 3 vezes que eu fui e não voltei mais.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não acha que a senhora possa ter sido, de alguma forma, envolvida por essa organização criminosa que levou a senhora à situação em que a senhora está?



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não acho que... Francamente, eu não acho que uma organização criminosa me envolveu; eu acho que a investigação pegou pessoas a mais. Eu acho que eu entrei, dentro nesse processo... Eu estou sendo sincera; eu entendo o espanto de vocês. Mas eu acho que pegou uma pessoa a mais. Eu não tinha por que estar presa; eu não tinha por que estar respondendo esse processo... Inclusive, 3 rebeliões, eles colocaram Araraquara, e Tirapina e uma de brinde, Mirandópolis, quer dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu chegaste a falar com o Diamante, com o Dr. Diamante?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Então, foi o que eu esclareci para o senhor. Vários advogados e advogadas mulheres, assim, por ora na porta de uma penitenciária, ou de uma delegacia, ou de uma repartição pública, você tem a educação de quando você cruza, sendo da mesma profissão, as pessoas se cumprimentam, mas, além disso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por telefone, tu não conversaste com ele, não falou por telefone, ou só contato pessoal?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu nunca falei com o Diamante por telefone. Não que eu me lembre, não que eu me recordo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora, além dessa pessoa que a senhora visitou as 3 vezes...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Nunca mais visitei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Existem outras situações em que a senhora tenha visitado presos, e presos que não são seus clientes, a senhora costumava ouvir no parlatório?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Você, por ora, o que poderia acontecer, você ter um primeiro contato, alguém que é preso num flagrante, você vai conversar a primeira vez, para pegar o processo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas, a senhora, por exemplo, a pedido de um cliente seu, a senhora ir falar com outro preso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, de um cliente meu, não. De um cliente meu, não.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso, legalmente, não teria nenhum problema.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Pode ser que tenha acontecido de um cliente indicar para o outro, e a família desse outro me procurar. Agora, isso, de certa forma, não me recordo. Pode ser que em todo esse tempo tenha acontecido isso, mas por ora eu não estou me recordando.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora... Eu falei para a senhora e vou repetir. A senhora sabe que foi feito um monitoramento ambiental, com a autorização da Justiça, e esse monitoramento captou, nas conversas da senhora com os presos, todas essas informações que levaram a que o Ministério Público solicitasse e a Justiça determinasse a sua prisão. A senhora tem consciência disso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu tenho consciência que eles fizeram uma interpretação errada com relação a minha pessoa. Essa é a minha consciência, porque eu não fiz nada disso. O que eu vi na televisão foi a Araraquara destruída. Eu não mandei fazer nada disso, o que eles falam que eu mandei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quais são os presos que estavam conversando com a senhora quando aconteceu tudo isso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu fui fazer um atendimento... O último atendimento que eu fiz, senhor, numa penitenciária, foi no dia 14. No dia 15, foi feriado; no dia 15, eu não trabalhei; eu estava na região de Venceslau; eu fui até Prudente passar o dia e voltar. Então, eu falei com os presos em Venceslau. E nem sempre todos os que nós requisitávamos eram os que eram apresentados, porque tinha uma questão de tempo. Agora, que eu sei desse monitoramento, eu acho que era para dar tempo de caber tudo na fita, porque antes não tinha isso. Então, dava 30 minutos, acabava o atendimento. E, aí, se você tinha solicitado 5 presos, por ora, às vezes, você falava só com dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E quantos tu solicitaste nesse dia? Porque está lá, não é?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não lembro. Não, tá. Eu não me lembro se um deles já tinha sido transferido.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foram quatro, cinco, seis? Quantos foram?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Acho que quatro. Acredito que quatro. Entre três e quatro.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - E eram os seus clientes?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eram pessoas que eu estava conversando, sim, e que se tornaram meus clientes. Tenho procuração para essa questão que eu falei para os senhores do mandado de segurança; outras questões processuais estavam sendo conversadas.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Deixa eu fazer uma última pergunta, doutora. A senhora não acha estranho, por exemplo, a senhora ter uma movimentação financeira alta numa conta e não declarar Imposto de Renda? A senhora é advogada, uma pessoa que tem...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu, por ora, o que o senhor falou é de 2004. Eu não me recordo, exatamente, o que é isso, porque eu não ganho desse jeito. Mas, com certeza, eu não fiz nada de errado. Todo o dinheiro que eu recebi eu tenho como justificar. Eu tenho contrato de prestação de serviços...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora, eu não estou dizendo que a senhora não tem como justificar.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu tenho contrato de prestação de serviço de todos os meus clientes. Certo? Então, eu posso apresentar o contrato de prestação de serviços.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Perfeito, perfeito. Mas eu quero dizer para a senhora o seguinte. Uma movimentação desse valor, ela, além de ter o seu contrato de prestação de serviço, a senhora, como advogada, tem que fazer uma declaração anual do Imposto de Renda.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sim, sim. Mas é que eu nunca me dei conta se é real isso. Mesmo porque, nesse ano, que tem esse 186 mil que o senhor se refere...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Cento e noventa e seis.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...eu nem era advogada.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dois mil e quatro?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não era inscrita na OAB; se o senhor pegar a minha inscrição vai ver que eu não era inscrita.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mas uma movimentação, num mês, por exemplo, de 145 mil reais.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Com certeza, tem alguma justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a senhora não lembra?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não lembra?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Que mês que é de 2004?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Fevereiro. Cento e quarenta e cinco mil movimentado, não quer dizer que não tenha mais. Agora, 150 mil, num mês, a pessoa tem que lembrar, doutora.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Com certeza, eu vou ter como falar isso para o senhor, mas agora eu estou sendo sincera.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora viu que nós estamos tendo uma conversa muito franca.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, eu, agora...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Pega uma conta de uma pessoa, 150 mil num mês...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Tanto é franca que eu já disse para o senhor que eu não era nem advogada.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim. Mas, então, eu pergunto para a senhora: Tu movimentaste 150 mil num mês e não lembra de onde? Cento e cinquenta mil é dinheiro, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - A senhora conheceu ou freqüentou algum presídio, antes de se formar?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, nunca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E o que lhe levou a ir para a área penal?



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu sempre gostei muito, doutor. Na faculdade, sempre gostei; fiz estágio na época da faculdade, sempre procurei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sua família é uma família de situação financeira estabilizada, os pais, assim. A senhora fez uma universidade particular?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - É pobre, média, rica, como é que é a sua família?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora fez universidade paga? A senhora trabalhava para pagar?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Na época, não; na época, a minha mãe tinha condições de pagar.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Ela era que pagava?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E deu algum problema, depois. Como tu dissestes, na época, tinha condições, depois, não tiveram mais condições?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Aí eu acho que é uma particularidade da vida da minha mãe também. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Só para entender, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu não quero saber quanto.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - A minha mãe era casada; minha mãe tinha um relacionamento que... Depois ela se separou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Nós não queremos entrar nesse detalhe da sua ... Só para tentar entender a sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quer dizer, depois de formada, vocês tinham mais dificuldades?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Quem sustentava, provavelmente, até em 2004, por isso que eu fiquei me esforçando para lembrar a data e não consigo. Eu não sei se a minha mãe ainda era casada ou não. O marido da minha mãe tinha condições suficientes para esse valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E, depois, então, vocês...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eles se separaram.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - ...que tu te formaste, vocês passaram por mais dificuldades do que antes, é isso, mais ou menos?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não passei fome, mas a minha situação mudou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tá certo.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem uma renda mensal mais ou menos do quê?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Aí eu não sei, porque é assim, é.... Como eu não sou, tipo assim, não tenho um salário fixo. Às vezes eu preciso de dinheiro. Meu irmão também me ajuda, como ele está sustentando meu filho agora.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora tem mais ou menos o quê, é uma despesa mensal que gira em torno do quê?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O senhor pode achar que eu estou fazendo piada com o senhor, mas eu sou péssima em matemática. Eu não sei, eu não consigo ter uma idéia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora gasta mais de mil por mês?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Eu acredito que não. É que o meu irmão, às vezes, cobre as despesas. Às vezes, a escola do meu filho é ele que paga. Assim, remédio ele vai e ele compra, então... Ele me falava muitas vezes isso, que ele gostaria que eu colocasse no papel para ele saber. Mas eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Quais eram os presídios que a senhora freqüentava?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - O senhor quer saber todos os presídios, desde que eu comecei a advogar, até hoje que eu atendi? A P1 e a P2 de São Vicente; CDP de São Vicente; já fui na feminina de São Bernardo do Campo, na feminina de Santos; Taubaté, Potim — Taubaté, não, desculpe —, Tremembé, Potim. Mirandópolis 1.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A gente pede isso pra não ficar... Da Nova Ordem, doutora. Essa Nova Ordem, a senhora conheceu faz tempo essa organização?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Essa OSCIP, eu conheci, ah, tem alguns meses. O que eu pude verificar do trabalho deles, assim para mim, sempre que eu precisei, eles me ajudaram. Teve uma ocasião que....

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Como é que a senhora conheceu a Nova Ordem?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Foi a mulher de um preso que me apresentou.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Qual é o preso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Foi a Simone, que me levou lá.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mulher de qual preso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Cláudio.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Do Cláudio. Foi ela que levou a senhora à Nova Ordem?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É assim, nós estávamos conversando, aí ela comentou comigo que existia essa OSCIP; que eles faziam um trabalho muito sério, que seria alguma coisa interessante de eu estar visitando para conhecer e...

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora viu quando saíram aquelas notícias de que a Dra. Iracema tinha intermediado com o Marcola o final da rebelião?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É. Eu ouvi notícia. Mas eu nunca conversei com ela sobre isso, e não sei nada disso também.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora conhece a Dra. Iracema?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Conheci uma vez a Dra. Iracema, porque eu fui visitar a OSCIP. E quem foi no meu escritório uma vez foi o Ivan, mas foi antes desse episódio de maio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E ele foi fazer o quê?



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ele foi até o meu escritório, porque, quando nós conversamos, eu falei que eu gostaria de saber o que era a OSCIP; perguntei se ele podia levar uma documentação da ONG para eu estar olhando, para estar vendo como funcionava. Até para você....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ela cobrava alguma coisa dos presos de contribuição?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não tenho esse conhecimento não, mesmo porque eu nunca participei desse tipo de... Eu nunca tive todo esse envolvimento com a Nova Ordem. O que eu sei deles até hoje é um trabalho sério. Eles me comentaram comigo, no dia, uma arrecadação de medicamentos que eles fizeram numa ocasião. E, quando eu precisei de atendimento médico e penitenciário, eu recorri a eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eles tiram dinheiro de onde para essa Nova Ordem?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, seria até indelicado, da minha parte, perguntar esse tipo de coisa. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Por quê?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Qualquer organização assim, a coisa mais comum que tem é a gente querer saber de onde vem o recurso.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Deve ser doação, não é? Eu acho mais fácil o senhor perguntar para ela, doutor. Eu não sei.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Doutora, que dia a senhora foi presa?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Vinte e oito de junho.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora já tinha ouvido tudo o que tinha acontecido. A senhora foi lá dia 14, dia 15. Aí a senhora esteve lá com o Macarrão, esteve com outro, e deu toda aquela rebelião; começaram a morrer agentes penitenciários. A senhora não se preocupou que pudesse ter tido algum vínculo daquelas suas visitas, a senhora não achou que pudesse ter alguma coisa a ver com a outra?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, porque, quando... Eu já justifiquei para o senhor...



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Sim. Mas estou dizendo para a senhora... Imagina, a senhora vai lá e visita um preso; 2 dias depois a senhora vê em todos os canais de televisão do Brasil que está morrendo gente de montão, e que aquele preso que a senhora visitou....

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Eu não tinha visto na televisão que aquele preso que eu visitei tinha alguma coisa a ver com isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não viu depois?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Depois, quando, depois que eu estava presa?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Depois que começaram as rebeliões.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não me lembro de ter visto nada disso. E o que foi eu já esclareci para o senhor. Eu tive várias...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque saíram várias reportagens mostrando quem são os cabeças do PCC, tudo, e aí incluiu isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - A senhora não sabia que o Macarrão era um dos cabeças do PCC?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não sabia.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Mesmo trabalhando no sistema, mesmo saindo em 200 lugares a hierarquia?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Ah, o senhor vai me desculpar, mas eu não procurava saber quem é isso ou quem é aquilo. Para mim, era até bom vários clientes com família humilde, que vai junto, aí lhe paga por mês, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas veja que é um detalhe interessante que, como profissional, a senhora tinha que saber.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - É. Mas acontece que eu tenho filho pequeno; eu não tenho tempo de ler todos os jornais; eu não tenho tempo de saber tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas não é isso. Como profissional, a senhora tem que saber que acusações constam contra os seus clientes. Por exemplo, se consta acusação de que ele faz parte do PCC, como profissional, a senhora tem que ter conhecimento disso.



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas acontece que quando... Eu não fui chamada para defendê-lo disso. Quando eu fui chamada, é porque ele estava sofrendo abuso por parte da penitenciária. A minha conversa com ele era outra, era a integridade física dele; era ver se ia voltar a ser colocado vidro na alimentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Foi feito exame de corpo de delito para ver esse problema do vidro?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não deu tempo, doutor, eu fui presa. Quando eu comecei a conversar com ele sobre isso, o meu mandado de segurança estava praticamente pronto. Eu conversei com a esposa do Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Tu conversaste dia 14; dia 28...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Conversei com a esposa do Cláudio....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Porque, numa denúncia dessa, doutora, só para falar profissionalmente...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hã. hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Uma denúncia, o meu cliente disse que comeu vidro na alimentação, eu tenho que, imediatamente, mandá-lo para um médico legista para fazer o exame, compreendeu?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, quando eu também tomei conhecimento, em Mirandópolis, que eles tinham sofrido abuso sexual, eles foram fazer exame de corpo de delito na hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Então, por que não aconteceu a mesma coisa com o seu cliente que comeu vidro?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Porque eles me falaram que na pastoral carcerária uma pessoa tinha pegado o vidro, na própria alimentação, não sei como, e eu estava buscando esse tipo de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, mas ele não disse que comeu vidro?



A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - E, além disso, eles falaram que estava sendo colocado vidro, sim, e aí eles me falaram que isso já tinha sido providenciado. Me parece que uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Só que eles não sofreram nada com isso?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Disse que você vomita sangue, mas não morre. Aquele tipo faz mal para o seu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Comer vidro tem que cortar lá dentro alguma coisa.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Sim. Você vomita sangue.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - E a senhora não mandou, imediatamente? Pô, se o meu cliente disse que vomita sangue, eu mando na hora fazer exame de corpo de delito, na hora.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Você não precisa ter dúvida com relação ao meu trabalho. Todas as vezes que eu fui procurada para isso e foi solicitado, foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, eu estou sendo por uma razão. Eu estou sendo muito técnico nisso aqui.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hã, hã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Se eu sou advogado de uma pessoa, eu tenho que saber quais são as acusações que pesam sobre ele, em primeiro lugar.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Se o senhor é advogado de uma pessoa que tem, vamos supor — não é o caso dele, porque eu não sei quantos processos ele tem —, tem 10 processos, você não vai querer saber os 10 processos, porque cada processo tem um advogado e é até antiético que você saiba tudo sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu tenho que saber o perfil do meu cliente, porque eu tenho que saber como eu vou defendê-lo. E eu tenho que saber também. E, profissionalmente, eu sinto muito, mas aí a senhora foi relapsa, no



momento em que não fez o exame de corpo de delito, se o seu cliente está dizendo que comeu vidro.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Então, eles deveriam fazer agora, todos de Venceslau, não é? Se o senhor concorda comigo — o senhor tem mais poder para mim do que isso —, eles deveriam fazer agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, não, não adianta. A senhora está tentando passar a bola. Eu estou dizendo que, profissionalmente...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, não, eu não estou tentando passar a bola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na competência, na competência...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - De repente, o senhor detectou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Na competência profissional da senhora...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - ...um erro meu que pode ser sanado agora. De repente, ninguém pode morrer. Se amanhã alguém morrer lá, o senhor não vai se sentir responsável?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não, porque a senhora sabe... A senhora, também, como advogada criminalista, sabe que o exame de corpo de delito, feito 20 dias depois, não vai dar a sinalização.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas o vidro já tinha, não foi naquele dia, o vidro já tinha acontecido. Por isso, o mandado de segurança. Porque o que eles me passaram foi o seguinte. Isso já aconteceu, então, daqui para frente eu não quero que aconteça mais. Porque isso vai estar no monitoramento também, doutor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ou a senhora não acreditou no seu cliente e menosprezou a informação dele?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. As medidas para os fatos anteriores já haviam sido tomadas. E o que me foi passado era que daqui para frente ele não queria mais comer vidro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Ele tinha feito exame de corpo de delito?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - E que, por exemplo... Eles me falaram que, na pastoral carcerária, elas pegaram não sei nem de onde vidro e tinha sido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso não é. Pastoral carcerária vai ver...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não, tem advogado lá também, doutor, por favor, tem advogado na pastoral carcerária, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso não tem a ver com legalidade. Mas a primeira coisa que eu pergunto, se um cliente meu sofreu algum abuso, qualquer coisa, a primeira coisa é exame de corpo de delito; depois, a gente continua a conversa.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Aqui, nesse caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Isso, profissionalmente, essa deveria ser a sua primeira preocupação. Porque aí dá a impressão sabe do que, doutora?

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Hã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - De que a senhora não foi lá por essa razão, a senhora foi lá por outra, e essa era a desculpa. Essa é que dá a impressão.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Não é verdade. Tanto é que até precisou até ter recesso para o senhor começar a pensar nesse tipo de coisa. Então, não é verdade. O que aconteceu foi o seguinte. Já teve...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Viu como a senhora agora... A senhora agora está sendo sarcástica.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não. Desculpa, mas o senhor está querendo me pressionar de uma coisa que não é assim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Mas é da mesma forma e coincidentemente, foi da mesma forma que a sua colega agiu, da mesma, igualzinho. Eu não preciso perguntar mais nada para a senhora.



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Está dispensada. Pode ir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Não. Deixa ela, porque depois nós vamos ter a reunião privativa.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Reiniciando a sessão, eu vou colocar uma proposição. Eu acredito que houve depoimento muito parecido de uma e de outra e a sessão privativa pode, inclusive, ser com as 2 juntas.

Coloco em discussão essa possibilidade. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovada.

Então, pode chamar a outra também. Nós vamos fazer uma sessão privativa.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Dr. Ivan Raymondi Barbosa, Presidente da Nova Ordem, fez um documento remetido ao Ministério Público, onde, lá pelas tantas, ele diz assim: *“Com relação ao depoimento dado pela Dra. Libânia Catarina Fernandes da Costa (OAB número tal, tal, tal, tal, tal), queremos esclarecer que a mesma nunca pertenceu e não pertence aos quadros (tal, tal, tal) nem como voluntário (e tal). Reafirmamos mais uma vez: ela não é, não foi nem será membro desta entidade”*. Só que também não diz que é. Aí ela faz algumas considerações, digamos assim, pouco elogiosas. E aí ele diz o seguinte: *“E a mesma alega ser ‘ficante’ de um presidiário que, segundo ela, é da cúpula do PCC”*. A Nova Ordem mandou uma carta para o GAECO. Segundo consta... Aí têm questões pessoais sobre a pessoa, que eu acho que não cabem, não é? Então, a Nova Ordem mandou um documento dizendo que não tem nenhum vínculo com a senhora — só para a senhora saber. E diz que essa pessoa com quem a senhora se relacionou é um preso da cúpula do PCC. A Nova Ordem diz que está representando contra a senhora na OAB e processando a senhora criminalmente pelo uso indevido da entidade e uma série...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Tanto isso é mentira que foi apreendida na delegacia a documentação da Nova Ordem comigo. E eu não posso ter recebido isso de sinal de *(ininteligível)*, não é verdade?



O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Não, eu estou dizendo para a senhora o seguinte: documento assinado pelo Ivan Raymondi Barbosa, Presidente da Nova Ordem. Então, eles fizeram um documento...

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mas também eles devem ter visto o auto de execução e apreensão, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...encaminhando às autoridades, atacando a senhora duramente e lhe acusando de ser — eu não gosto desse tipo de expressão, mas... — “ficante” de um presidiário que, segundo ela — no caso, a senhora —, é da cúpula do PCC.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Mentira.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então, a senhora vê que nós vamos investigar quem é a pessoa. A senhora se achou no direito de não revelar o nome. Agora, isso estabelece mais um vínculo entre a possibilidade de que essa pessoa com quem a senhora se relacionou possa ter sido, inclusive, a porta de entrada para a sua relação com o PCC.

A SRA. LIBÂNIA CATARINA FERNANDES COSTA - Não é verdade isso.

O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Aliás, situação muito semelhante à da doutora... Da outra doutora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moroni Torgan) - Eu peço agora que fiquem só os funcionários da CPI e os policiais. A assessoria da CPI também permaneça, por favor. A imprensa sai. *(Pausa.)*

(A reunião passa a ser reservada.)